

REVITALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA ATRAVÉS DE HABITAÇÃO COLECTIVA FLEXÍVEL

O PÁTIO COMO ESPAÇO PRIVADO COLECTIVO



JOANA BASTOS DE OLIVEIRA

(LICENCIADA EM ESTUDOS ARQUITECTÓNICOS)

PROJECTO FINAL DE MESTRADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE DE ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO COM ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITECTURA

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA:

PROFESSOR DOUTOR HUGO JOSÉ ABRANCHES TEIXEIRA LOPES FARIAS

MARÇO 2017

RESUMO

O presente projecto final de mestrado propõe uma “acupunctura urbana” centralizada na reabilitação e revitalização urbana do centro histórico de Oeiras tendo como “motor” a habitação colectiva.

A habitação que se propõe é uma habitação flexível, pois é possível observar que hoje em dia já não existe uma estrutura típica familiar. Pretende-se que o programa implementado seja projectado para e com os vazios urbanos, entre a malha consolidada da Vila, criando pátios que regularizam o edificado, tendo como conceito simbólico os pátios das vilas operárias de Lisboa.

O projecto consiste na prática em três intervenções: a reabilitação de casas relacionadas com um pátio; a construção nova de um conjunto habitacional, proporcionando um atravessamento de quarteirão; e a reabilitação e ampliação de um edifício, atribuindo-lhe o programa de *hostel*, ligado a um jardim no interior de um quarteirão.

Numa fase inicial do trabalho foi necessária uma análise ao local, acompanhada pela investigação de temas como revitalização e “acupunctura urbana”. Através desta foram detectados quais os locais pertinentes para a proposta cuja intervenção aplicada encadeasse a melhor reactivação do centro histórico. Numa fase posterior o tema “pátio” tornou-se fulcral, sendo assim o ponto de partida para a concepção do projecto em si, à escala do edifício. Na fase final do trabalho, até à escala do detalhe, foram aplicados os conhecimentos sobre “habitação flexível”, de forma a projectar fogos espacial e funcionalmente mais ambíguos, e por isso adaptados a um maior número de pessoas.

PALAVRAS-CHAVE:

Revitalização urbana, reabilitação, acupunctura urbana, pátio, habitação flexível, Oeiras

ABSTRACT

This master's thesis' primary objective is to rehabilitate and revitalize the urban landscape of Oeiras's historic centre with collective dwelling as the main use, based on a process described as "urban acupuncture". The proposed housing structure is based upon principles related with housing flexibility, since the families that dwell are no longer composed by the "typical" structure.

One of the main intentions of this project is to design in and with urban voids currently existing in the Village's grid, by creating courtyards that are the genesis of the surrounding buildings. The courtyards here developed are inspired in the common courtyards of Lisbon typical social housing that started to be assembled during the industrial revolution.

The following research project aims to put into practice three different types of intervention: housing rehabilitation related with a common courtyard; construction of a new residential building, also related with a common courtyard - which will enable the crossing of an entire block; rehabilitation and amplification of a building connected to an interior garden, which will incorporate a hostel program.

In order to initiate this project, an extensive on-site analysis accompanied by a literature review on subjects related with revitalization and "urban acupuncture" was needed. Some conclusions were drawn from here, in particular, it was possible to correctly identify the areas that once intervened could reset the historical centre in the best feasible way. Moreover, once the research developed, it became clear the importance of courtyards as a starting point for the framing of the designed buildings themselves. Finally, while projected the interior of the dwellings until its details, there was a need to apply housing flexibility principles, as a way to ensure that the designed areas would serve any different group of individuals despite their needs.

KEY WORDS:

Urban Revitalization, Rehabilitation, "urban acupuncture", courtyard, flexible housing, Oeiras

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha Mãe Cristina e ao meu pai Luís, por me proporcionarem sempre o melhor durante todos estes anos de estudante.

Um grande agradecimento também à minha avó Cila pelo apoio incondicional que me dispensou tanto na vida de estudante como fora dela.

Queria agradecer à Câmara Municipal de Oeiras, em especial à Arquitecta Ana Rocha, pela disponibilidade sempre que preciso.

Gostava de agradecer às minhas amigas de sempre, Joana, Maria, Catarina, Leonor e Madalena pelo apoio incondicional durante todos estes anos, animando-me sempre com tão pouco.

Um agradecimento aos meus amigos da Faculdade de Arquitectura que, desde o 1º ano, fizeram parte do meu percurso. Principalmente à Carolina, Carlota, Raquel e Ricardo, sem vocês seria simplesmente impossível.

Queria agradecer também à Teresa, Mariana e Catarina Brandão.

Ao Francisco, um agradecimento muito especial, pois apesar de não integrar este curso, apoia-me como ninguém desde o primeiro ano. Obrigada por tudo.

Por último gostava de agradecer ao meu orientador, professor Hugo Farias, que desde o primeiro ano me tem incentivado e que sempre partilhou comigo o seu gosto por arquitectura. Sem dúvida que ser sua aluna mudou o meu percurso académico, e moldará aquilo que será o meu futuro profissional. Um especial obrigada pelo último ano, por todo o trabalho e dedicação.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO
1	Tema Subtema
1	Pergunta de partida Hipóteses
2	Objectivos
3	1 TEMAS DE INVESTIGAÇÃO
5	1 .1 Acupunctura Urbana: Revitalização e Reabilitação urbana através do preenchimento de vazios
11	1 .2 O pátio - como espaço privado colectivo
15	1.2.1 Pátios e Vilas de Lisboa - a partilha de um espaço comum
21	1.3 Habitação – Da Casa à habitação Flexível Colectiva
35	2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO: A VILA DE OEIRAS
35	2.1 Breve resumo da história do concelho
41	2.2 Compilação Cartográfica
47	2.3 Análise do local de Intervenção
47	2.3.1 A População Residente
49	2.3.2 O Edificado
53	3 A PROPOSTA: UM PROJECTO, TRÊS INTERVENÇÕES
55	3.1 O Projecto
57	3.1.1 Casinhas
61	3.1.2 Vila
71	3.1.3 Hostel
75	CONCLUSÃO
77	BIBLIOGRAFIA
78	ANEXOS

ÍNDICE DE IMAGENS

8	Fig.1	Planta com esquema explicativo de acupunctura urbana Imagem de autor.
12	Fig.2	Planta da casa de sevilha, rua Abades nº 30, por José Ramon Sierra Registado em BLASER, W.; <i>Pátios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días</i> ; Gustavo Gili: Barcelona;1997; p.158
12	Fig.3	Planta da casa de sevilha, rua Alameda de Hercules nº 95, por José Ramon Sierra Registado em BLASER, W.; <i>Pátios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días</i> ; Gustavo Gili: Barcelona;1997; p.158
16	Fig.4	Vila Rodrigues, Graça [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/19377
16	Fig.5	Vila Ramos, Lisboa [consultado a 28/01/2017] disponível em http://fotos.sapo.pt/portosanto/fotos/?uid=5OgDB7UtmNNJVD8555Jw
16	Fig.6	Vila Ramos, Lisboa [consultado a 28/01/2017] disponível em http://olharescruzados.blogs.sapo.pt/13157.html
16	Fig.7	Vila Ramos, Lisboa [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/19377
18	Fig.8	Hierarquização (sendo o nível 1 o principal) dos percursos da vila e atravessamentos do projecto Imagem do autor.
18	Fig.9	Planta com esquema explicativo da relação espaço público/semi-privado/privado Imagem de autor.
24	Fig.10	Introdução de tecnologia na cozinha, 1950 [Consultado a 28/01/2017] disponível em https://pt.pinterest.com/pin/295900637987546613/
24	Fig.12	Introdução de tecnologia na cozinha, 1950 [Consultado a 28/01/2017] disponível em https://pt.pinterest.com/pin/109986415871787526/
24	Fig.11	Introdução da televisão no espaço doméstico. 1960 [Consultado a 28/01/2017] disponível em http://thepointarchive.averypoint.uconn.edu/2014/11/24/the-television-generation/
26	Fig.13	Planta em chave, ilustrando a hierarquização da casa Registado em MONTEYS, Xavier et al; "Rehabitar fuera de lugar" in <i>Rehabitar en 9 episodios</i> - nº 6 - 2010 - p.3; Barcelona, Habitar - departamento de projectos arquitectónicos - ETSAV
28	Fig.14	Planta mobilada de edifício de habitação de Oscar Niemeyer em Hansaviertel de Berlim (1958-1959) comparada com a disposição dos móveis dos inquilinos Registado em MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere; <i>Casa Collage: Un e nsayo sobre la arquitectura de la casa</i> . Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001, p.25
28	Fig.15	Fotografias das mesmas casas habitadas por diferentes pessoas. Edifício Mitre, J. F. Barba Corsini, Barcelona Registado em MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere; <i>Casa Collage: Un e nsayo sobre la arquitectura de la casa</i> . Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001, p.27
30	Fig.16	"Studiomobile" e "Charriote à coucher" por Montey, Lecea e Furtes em 1999 Registado em MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere; <i>Casa Collage: Un e nsayo sobre la arquitectura de la casa</i> . Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001, p.71
30	Fig.17	A mesma planta adaptada a diferentes agregados familiares Registado em COELHO, António Baptista; <i>Análise e avaliação da qualidade arquitectónica Residencial - Vol. II</i> ; LNEC: Lisboa; 1993

36	Fig.18	Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras [consultado a 28/01/2017] disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Sebastião_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo,_1st_Marquis_of_Pombal
36	Fig.19	O Hábito de Veraneio, Fotografia da Praia de Paço de Arcos por António Passaporte, início dos anos 50 do séc. XX [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.oeirascomhistoria.pt/oeiras-a-preto-e-branco-7/
38	Fig.20	Av. Marginal, Fotografia por António Passaporte, início dos anos 40 do séc. XX [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.oeirascomhistoria.pt/oeiras-a-preto-e-branco-7/
38	Fig.21	Bairro de Nova Oeiras [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.novaoeiras.com/
40	Fig.22	Plano do Porto de Lisboa e das Costas vizinhas; 1756 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
40	Fig.23	Configuração da entrada da Barra de Lisboa; 176.? Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
41	Fig.24	Carta Geografica do Reino - nº 14; 1800 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
42	Fig.25	Carta Topografica das Fortificações Provisórias; 1815 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
43	Fig.26	Planta do terreno compreendido entre Paço de Arcos e S. Julião da Barra; 1826 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
43	Fig.27	Carta dos Arredores de Lisboa; 1899 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
44	Fig.28	Carta dos Arredores de Lisboa; 1843-1846 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
44	Fig.29	Carta Corográfica de Portugal; 1932 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
44	Fig.30	Plano Hidrografo da Barra e do Porto de Lisboa; 1939 Registado em BOIÇA, Joaquim; <i>Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)</i> , Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; 2003
45	Fig.31	Vista aérea do Centro Histórico de Oeiras [consultado a 28/01/2017] disponível em Google Earth
45	Fig.32	Vista “olho de pássaro” do núcleo histórico de Oeiras [consultado a 28/01/2017] disponível em https://www.bing.com/maps/
46	Fig.33	Gráfico - A Evolução do Agregado Família nos últimos 20 anos Imagem de Autor.
46	Fig.34	Gráfico - Dimensão média das Famílias Clássicas Portuguesas nos últimos 20 anos Imagem de Autor.
46	Fig.35	Gráfico - Índice de Envelhecimento da População Portuguesa nos Últimos 20 anos Imagem de Autor.

48	Fig.36	Levantamento do estado de conservação dos edifícios no núcleo Histórico imagem de autor.
48	Fig.37	Levantamento de edifícios e locais pertinentes para o projecto imagem de autor.
50	Fig.38	Conjunto de Habitação Colectiva R. Cândido dos Reis, nº176 imagem de autor.
50	Fig.39	Conjunto de Habitações R. Cândido dos Reis, nº6 e 99 imagem de autor.
50	Fig.40	Conjunto de Habitações Marquês de Pombal, nº2, 4, 6 e 21. imagem de autor.
50	Fig.41	Edifício R. Marquês de Pombal, nº3, 5 e 7 imagem de autor.
50	Fig.42	Rua Mestre Aviz, nº24 imagem de autor.
52	Fig.43	Vista “olho de pássaro” do núcleo histórico de Oeiras com destaque dos locais de intervenção do projecto Imagem do autor.
52	Fig.44	Planta de implantação do projecto imagem de autor.
54	Fig.45	Casa de férias em Furx; Marte.Marte Architekten; Furx, Áustria Registado em SCHLEIFER, Simone; <i>Casas pequenas</i> , Toledo: Taschen; 2006; p. 154
54	Fig.46	Casa pequena, Buart Architekten; móvel Registado em SCHLEIFER, Simone; <i>Casas pequenas</i> , Toledo: Taschen; 2006; p.135
54	Fig.47	Casa Dodds; Engelen Moore; Surry Hills, Austrália Registado em SCHLEIFER, Simone; <i>Casas pequenas</i> , Toledo: Taschen; 2006; p.22
54	Fig.48	Reabilitação de um conjunto urbano; Bernardo Pizarro Miranda; Castelo Branco, Portugal Registado em LEAL, Ana; <i>in Darco Magazine</i> - nº4 - 2008; Darco Magazine, Matosinhos
54	Fig.49	Reabilitação Casa monte dos Judeus; Amélia Brandão Costa, Rodrigo Costa Lima; Porto, Portugal Registado em NEVES, José Manuel; “[Re]_Habitar” <i>in Arquitectura Ibérica</i> - nº 20 -2007, p.78; Casal de cambra; Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas
56	Fig.50	Planta esquemática do piso térreo com os “motores” dos fogos Imagem de autor.
56	Fig.51	Cortes transversais de uma das “casinhas” Imagem de autor.
58	Fig.52	Planta à cota 16,5 Imagem de autor.
58	Fig.53	Planta à cota 14,5 Imagem de autor.
58	Fig.54	Axonometria de um exemplo de “motor” Imagem de Autor

60	Fig.55	Planta à cota 12,5 Imagem de Autor
60	Fig.56	Duas casas em Santa Isabel, Bak gordon - Vista superior do projecto [consultado a 28/01/2017] disponível em https://www.dezeen.com/2011/08/03/santa-isabel-houses-by-bak-gordon/
60	Fig.57	Duas casas em Santa Isabel, Bak gordon - O interior do quarto [consultado a 28/01/2017] disponível em https://pt.pinterest.com/pin/384143043197794886/
60	Fig.58	Duas casas em Santa Isabel, Bak gordon - Planta [consultado a 28/01/2017] disponível em https://pt.pinterest.com/pin/358176976584738669/
62	Fig.59	Planta à cota 18 Imagem de Autor
62	Fig.60	Corte Longitudinal AA' - As duas entradas Imagem de Autor
64	Fig.61	Planta à cota 21 Imagem de Autor
64	Fig.62	Planta com detalhe do piso térreo do fogo Imagem de Autor
64	Fig.63	Planta com detalhe do 1º piso do fogo Imagem de Autor
66	Fig.64	Planta com detalhe do 2º piso do fogo Imagem de Autor
66	Fig.65	Corte transversal com detalhe do fogo Imagem de Autor
66	Fig.66	Corte transversal com detalhe do fogo Imagem de Autor
66	Fig.67	Corte transversal com detalhe do fogo Imagem de Autor
66	Fig.68	Corte longitudinal com detalhe do fogo Imagem de Autor
66	Fig.69	Corte transversal com detalhe do fogo Imagem de Autor
66	Fig.70	Vista do pátio do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz [consultado a 28/01/2017] disponível em http://www.cruzyortiz.com/finalizacion-del-proyecto-de-viviendas-en-la-calle-dona-maria-coronel-sevilla/
66	Fig.71	Vista aérea do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz [consultado a 28/01/2017] disponível em https://cajondearquitecto.com/2014/03/11/planta-viviendas-en-maria-coronel-cruz-y-ortiz/
68	Fig.72	Planta do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz [consultado a 28/01/2017] disponível em https://cajondearquitecto.com/2014/03/11/planta-viviendas-en-maria-coronel-cruz-y-ortiz/
68	Fig.73	Vista da entrada Imagem de autor
70	Fig.74	Corte transversal BB' da Vila Imagem de Autor

70	Fig.75	Vista do pátio cota 17 Imagem de Autor
72	Fig.76	Corte transversal DD' da Vila Imagem de Autor
72	Fig.77	Vista do pátio cota 16,5 Imagem de Autor
72	Fig.78	Corte transversal FF' da Vila Imagem de Autor
72	Fig.79	Vista do pátio cota 17 Imagem de Autor
72	Fig.80	Corte transversal EE' da Vila Imagem de Autor
72	Fig.81	Vista da zona de confecção Imagem de Autor
72	Fig.82	Vista da entrada Imagem de Autor
72	Fig.83	Vista da zona de estar Imagem de Autor
72	Fig.84	Planta do piso Térreo do <i>Hostel</i> Imagem de Autor
72	Fig.85	Planta do piso 1 do <i>Hostel</i> Imagem de Autor
72	Fig.86	Alçado principal, Rua Marquês de Pombal Imagem de Autor.
72	Fig.87	Fotomontagem da Rua Marquês de Pombal Imagem de Autor
72	Fig.88	Vista do jardim no interior do quarteirão Imagem de Autor
72	Fig.89	Camaratas Imagem de Autor
72	Fig.90	Beliche Imagem de Autor
72	Fig.91	Beliche Imagem de Autor
72	Fig.92	Planta do piso 2 do <i>Hostel</i> Imagem de Autor

INTRODUÇÃO

TEMA

O tema deste projecto final de mestrado é a revitalização do núcleo histórico de Oeiras através da reabilitação de edifícios devolutos e do acrescento de construção nova em vazios da malha urbana.

SUBTEMA

O subtema deste projecto final de mestrado assenta no programa e estratégia que se pretende aplicar. Sendo o tema do projecto a revitalização de um centro histórico, pretende-se que esta seja alcançada através da habitação colectiva, fazendo uma adaptação do conceito de pátio colectivo privado, como espaço de reunião, e distribuição como nos pátios das vilas operárias de Lisboa. O interior dos quarteirões como espaço semi-privado, tanto na reabilitação de património como na construção nova.

QUESTÕES DE PARTIDA

De que forma é que um processo de requalificação urbana, levado a cabo através da reabilitação e da construção nova de habitação colectiva pensada para uma camada jovem de população pode contribuir para a revitalização dos núcleos históricos?

Que vantagem trará o reinventar do pátio, tendo como modelo arquitectónico os pátios colectivos das vilas operárias, na habitação colectiva?

HIPOTETES

A habitação colectiva como contribuição activa para a revitalização de centros históricos.

O preenchimento de vazios urbanos através da habitação colectiva fazendo do interior dos quarteirões um espaço colectivo. Um pátio como módulo de habitação colectiva poderá ser um espaço agregador e palco de vivências colectivas.

Tanto a proposta urbana como a proposta arquitectónica visam a requalificação do núcleo histórico, através da reabilitação do património e do acrescento de construção nova.

A habitação flexível pretende dar resposta a vivências diferentes, desde a escala colectiva, através do pátio colectivo, até à casa em si que pretende ser composta por espaços adaptáveis à contemporaneidade e às pessoas que nela irão habitar.

OBJECTIVOS

Dada a importância histórica e cultural que ainda hoje é notável do património de Oeiras e o estado devoluto em que grande parte deste se encontra hoje em dia, o objetivo principal deste projecto final de mestrado é intervir arquitetonicamente através da reabilitação e da construção nova, requalificando-o e valorizando-o.

A presente proposta de projecto final de mestrado tem como princípio a preservação e valorização do património arquitectónico da Vila de Oeiras, interpretando e resolvendo o problema existente através de duas vias distintas: uma primeira, que assenta na reabilitação de parte do edificado devoluto, e uma segunda, que se debruça sobre os vazios existentes na malha urbana e na sua consolidação, através do projecto de nova habitação.

Pretende-se reabilitar edifícios que estão claramente desaproveitados e que pelo seu interesse arquitectónico é imperativo pensar na sua reabilitação, não só pela aparência pejorativa que apresentam e que se reflecte na imagem de conjunto da Vila, bem como pela necessidade de restabelecer nestes edifícios qualidade arquitectónica.

O princípio da intervenção assenta programaticamente na habitação colectiva, não só no caso da reabilitação do edificado existente, como no projecto de nova habitação. Esta estará sempre relacionada com a ideia de pátio. Pretende-se que o uso do pátio neste projecto seja central, não só na sua forma concreta mas também como tema. Sendo que se trata de habitação colectiva, a dimensão de pátio que se pretende é o privado mas colectivo, revivendo um pouco o significado e simbologia que este tinha nos pátios e vilas operárias de Lisboa.

1 | TEMAS DE INVESTIGAÇÃO

Conforme apresentado anteriormente, o principal objectivo deste projecto final de mestrado prende-se com a revitalização e reabilitação do centro histórico de Oeiras através de habitação colectiva adaptável com o pátio como espaço privado colectivo. Ou seja, planeia-se que com uma “acupunctura urbana” se concretize este projecto, de forma a dar resposta às necessidades da vila de Oeiras. São estes os temas centrais de investigação deste projecto.

1.1. | ACUPUNCTURA URBANA - REVITALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO ATRAVÉS DO PREENCHIMENTO DE VAZIOS

Sendo o local deste projecto um centro histórico é necessário compreender que se trata de um território com séculos de história “formado por sucessivas layers, camadas ou extractos de intervenção, que ao longo dos séculos intervieram, modificaram e no final ‘viveram’ a cidade pré-existente” (Leite et al, 2016, p.24).

As mudanças sociais, económicas, culturais e tecnológicas contínuas fazem com que a cidade esteja em constante transformação de forma a adaptar-se a quem nela habita num determinado momento, como Lynch refere “Moving elements in a city, and in particular the people and their activities, are as importante as the stationary physical parts.” (Lynch, 1960, p.2). O processo de transformação de uma cidade ao longo do tempo pode assim ser entendido como uma sobreposição de diversas camadas que permanecem como vestígio até aos dias de hoje, pois o tempo é um “elemento participativo” na construção de cidade, como menciona Aldo Rossi:

“A cidade, objecto deste livro, é nele entendida como uma arquitectura. Ao falar de arquitectura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto das suas arquitecturas, mas antes à arquitectura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo” (Rossi, 1995, p.1).

Este cenário é a consequência de durante séculos se terem tomado decisões e iniciativas diversas em cada ocupação feita num certo lugar - “mudanças casuais que modificam a sua morfologia” (Fontes, 2006, p. 90). Sendo que se esta problemática se está aqui a debater no contexto da arquitectura, as “iniciativas e decisões” concretamente são edifícios, infraestruturas, demolições, algo que perdura até aos dias de hoje. Quando estas são para além de diversas muito diferentes tornam-se nas “layers” que hoje observamos e que constituem e constroem uma cidade “fragmentada”. A fragmentação espacial é considerada um “Fenómeno decorrente de um crescimento desregulado da paisagem urbana, sucedendo como resultado de um conjunto de espaços em desarticulação com o seu contexto urbano, [...] Esta fragmentação espacial passa sobretudo por haver a perda de continuidades na malha urbana, seja de natureza ecológica, seja de natureza espacial mais alargada.” (Rodrigues, 2012, p. 5).

Hoje em dia as cidades estão a viver um processo de redefinição que passa por as restaurar e por vezes reestruturar. Por não terem uma paisagem urbana de leitura fácil, contínua nem simples, cabe ao arquitecto no presente decidir como intervir no tecido urbano sem descaracterizar o seu valor histórico e comprometer o possível contexto futuro.

“o projecto (...) [baseia-se] na possibilidade da criação de um novo imaginário urbano, em que as implicações culturais das formas urbanas locais possam ser articuladas segundo um processo de momentos, baseados na leitura da cidade, nas suas características geográficas, históricas e culturais específicas, possibilitando intervenções que possam dar suporte aos acontecimentos informais e quotidianos próprios das cidades.”(Fontes, 2006, p. 92).

O tema de investigação “Acupunctura urbana” é uma das estratégias possíveis de adoptar quando se pretende a revitalização de uma área. O conceito, criado pelo arquitecto e teórico social finlandês Marco Casagrande, combina o desenho urbano com a tradicional teoria médica chinesa da acupunctura. O arquitecto e urbanista Jaime Lerner (2011), que desenvolve este conceito no Brasil, acredita “que algumas ‘magias’ da medicina podem, e devem, ser aplicadas às cidades, já que muitas estão doentes, algumas quase em estado terminal. Assim como a medicina necessita da interacção entre médico e paciente, em urbanismo também é preciso fazer a cidade reagir” (Lerner, 2011, p.7). Pretende-se “picar uma área de tal maneira que ela possa ajudar a curar, melhorar, criar reacções positivas e em cadeia” (idem, p.8). Este conceito tem lugar quando se pretende que uma ideia, uma estratégia faça a diferença numa cidade, onde uma intervenção se converte num estímulo para a população dessa cidade. Seja ela, a criação de espaço público qualificado, que acaba por proporcionar actividades urbanas e de convivência apreciadas (e contextualizadas) num espaço de todos, ou a reabilitação de arquitectura vernacular de um local, que faz com que haja uma maior atenção para com a preservação de um centro histórico. Estas intervenções acabam por estar ligadas e a combinação entre elas gera uma “cura” para uma cidade que se encontrava degradada (de diferentes formas e a vários níveis).

É importante referir que o que se pretende reabilitar neste centro histórico não são os monumentos históricos de óbvio valor para o património cultural, mas sim edifícios que pertencem a uma dimensão e arquitectura vernácula e típica portuguesa, pois também estes são de grande importância. A sua existência faz parte do que caracteriza locais antigos e por isso é muito importante reabilitá-los e conservá-los.

A perspectiva de Lerner (2011) sobre o facto de se valorizar só património de uma cidade, não apenas o palácio, que tem um valor óbvio, mas também a casinha de arquitectura vernacular ou a fábrica ao abandono conferem identidade ao lugar: “A cidade é como uma fotografia de família. Você vê o retrato de família e pode não gostar de um tio, ou de uma tia, mas não o rasga porque esse retrato é você mesmo.” (Lerner, 2011, p. 42)

Observar um local como um todo e não a arquitectura singular de cada edifício faz-nos apreciar e valorizar património. Verifica-se que estas construções, por vezes vernáculas, pela sua localização, investimento pela parte dos seus cidadãos que consequentemente resulta em apego e preocupação, fazem-nos observar e admirar a sua arquitectura de forma diferente.

“O que defendemos é a revitalização de áreas centrais sem as deixar destruir; é a reutilização de edifícios e jardins antigos que perderam o seu uso tradicional (...), é a conservação dos bairros com a modernização das casas e dos locais de comércio e artesanato, considerados como um património que tem valor económico (...) e social (o dos grupos sociais modestos que na sua maioria os ocupa) independentemente do maior ou menor valor arquitectónico de cada edifício que compõem esses bairros” (Portas, 1983, p. 11).

A nível urbano, é importante que as acessibilidades destes centros históricos sejam razoáveis, pois da mesma forma que os comerciantes e artesãos que aqui vivem, e sempre viveram, precisam de conseguir chegar aos sítios, também a área deve estar desimpedida para não prejudicar os peões e ser assim uma zona agradável. Apesar dos comerciantes tradicionais por vezes se mostrarem resistentes a mudanças e medidas de protecção ao peão (como ruas apenas pedonais, acessos reservados), com o tempo apercebem-se de que isso atrai mais pessoas e consequentemente mais vantagens. É importante manter num centro histórico o seu comércio local e por isso, ao revitalizar uma área, este deve ser preservado e se necessário melhoradas as suas condições.

Quanto aos edifícios de habitação que estão numa área histórica, cabe à câmara municipal controlar e fazer fiscalização e pressão no sentido de alterar e melhorar as suas condições e incentivar e auxiliar para que assim seja. Em último caso, os edifícios que estão ao abandono e se encontrem dentro desta área, podem ser expropriados e adquiridos pela própria autarquia, com a justificação de que é de interesse público que estes sejam recuperados e reabitados, e assim contribuir para a revitalização urbana em questão (Portas, 1983, p.14 e 15). No caso dos edifícios que são objecto de estudo deste projecto final de mestrado, a propriedade é da Câmara Municipal de Oeiras, que desde este século tem como principal objectivo, no departamento urbanístico, a reabilitação dos seus núcleos históricos. Este projecto surge enquadrado com esse princípio.

Os espaços livres possíveis de construir que se encontrem em áreas históricas necessitam de especial atenção, por parte dos municípios, pois tendem a ser fulcrais para a sua revalorização e identidade urbana. Assim sendo, não devem ser aprovados para estas áreas projectos que não façam sentido num contexto de revitalização presente ou futuro. (Portas, 1983, p. 16).

O conceito-chave de revitalização do centro histórico, tema central deste projecto de investigação, é desenvolvido no livro "Revitalizing Historic Urban Quarters" de Steven Tiesdell, Tanel Oc e Tim Heath escrito em 1996. Considerando que revitalizar é "trazer as áreas de volta para usos activos" (Tiesdell et al., 1996, p.20), propõe-se inicialmente uma "avaliação" ao local em questão, de modo a compreender-se qual deve ser a perspectiva a adoptar em relação ao centro histórico, e qual deve ser o "motor" da sua revitalização: se o turismo, a habitação ou o comércio e a indústria (hipóteses apontadas pelos autores). No caso do núcleo de Oeiras, será aplicada a revitalização pelo meio de habitação, pois crê-se ser a mais pertinente nos dias de hoje, porque os outros sectores já estão bastante desenvolvidos neste local. Os autores Tiesdell, Oc e Heath (1996) consideram ainda que os quarteirões históricos não se devem tornar em museus mas sim em partes funcionais da cidade.

"The twenty-four hour life brought by residents is a crucial contribution to the vitality of an urban quarter, creating greater indigenous demand for facilities in the city centre and, thereby, increasing the number and mix of uses within the quarter" (Tiesdell et al., 1996, p. 97).



Fig. 1 | Planta com esquema explicativo de acupuntura urbana

A densificação do núcleo através da habitação justifica-se pelas mudanças sociais e demográficas que levam a que grupos de rendimento médio retornem a áreas centrais das cidades, como aconteceu na cidade de Bolonha, em Itália (Tiesdell et al., 1996, p. 212).

A revitalização proposta no presente trabalho de investigação deve ser vista como “uma ideia simples, uma só ideia, uma acupuntura” (Lerner, 2011, p.41) que visa ser o princípio em que assenta esta intervenção. Esta passa pela reabilitação de património que se encontra devoluto e pela construção de um novo conjunto habitacional. Qualquer uma destas intervenções de projecto deve ser realizada com o intuito de prezar o carácter da vila, respeitando a escala, o tamanho e a harmonia da vila, considerando as construções já existentes. Sendo que não há regras explícitas da Câmara Municipal de Oeiras em relação à arquitectura dos edifícios a serem construídos, resta apenas ter como objectivo o bom enquadramento urbano dos novos projectos, tendo em atenção, por exemplo, a continuidade das linhas urbanas e das fachadas já existentes, que dão identidade ao local.

“Designers are aware that it is easier to plan when there are some commitments than it is when the situation is completely open (...) the fixed characteristics restrict the range of possible solution and therefore ease the agony of the design search”. (Lynch, 1972, p. 38).

Quanto ao presente projecto final de mestrado tem-se como objectivo, já anteriormente anunciado, o aproveitamento dos vazios que existem entre a malha consolidada do local, fazendo o atravessamento de vários quarteirões pelo seu interior. Assim, cruzando os dois objectivos de projectar habitação colectiva e o aproveitar e desenhar a partir dos vazios, projectando no interior dos quarteirões, tem-se como resultado o uso do pátio como conceito de espaço regularizador de todo o lote, bem como espaço colectivo e de transição entre os fogos e a rua.

1.2 | O PÁTIO - COMO ESPAÇO PRIVADO COLECTIVO

O pátio é um espaço ao qual corresponde uma dimensão de paz e protecção, tanto simbólica como física, pois não só nos protege de aspectos físicos como o frio, calor, chuva, vento, sol e luz, como nos dá uma sensação de paz e protecção em relação ao exterior e ao desconhecido. Assim sendo, o clima, luz, orientação, vegetação e topografia são condicionantes que estão na origem da casa-pátio, bem como a necessidade de defesa e protecção. A falta de espaço nas cidades medievais é também razão para a procura desta tipologia arquitectónica. A origem deste arquétipo remonta a 3000 anos a. C.; exemplos disso são os vestígios ainda hoje visíveis na China e na Índia. Desde cedo que se desenvolveu e evoluiu por todo o mundo durante todos os séculos até aos nossos dias. Com a sua evolução ao longo do tempo, o pátio deixou de ser um espaço delimitado por paredes da casa, e passou efectivamente a ser a parte central de uma casa, não só geograficamente mas simbolicamente. Apesar do seu modesto uso, o seu efeito proporciona uma vivência única. É assim um local central e aberto, não só para o céu como para toda a casa e as divisões que o rodeiam. Como já foi referido, o pátio, pela sua localização e por ser o espaço onde se encontrava a água e o fogo, é onde se estabeleciam várias actividades comuns a todos os seus residentes e por isso transformou-se também num local de reunião.

Os pátios são os protagonistas da arquitectura da casa-pátio e as suas regras e princípios, ligados a uma lógica formal e espacial, sobreviveram e evoluíram ao longo de séculos e de ocasiões, sempre com a mesma lógica arquitectónica. O pátio, sendo a característica arquitectónica que condiciona o tipo de habitação em questão, apenas necessita ser um espaço com três paredes que o encerram podendo ser regular ou irregular. A utilização deste elemento arquitectónico é tão eficiente que a sua eficácia não depende em nada da forma do lote urbano em questão, pois o pátio, nestas casas, assume-se como central e organizador. Estas desenvolvem-se não só ao seu redor como a partir deste. Este facto faz com que a forma irregular da casa em si não seja relevante, pois o pátio funciona como um elemento central e regularizador.

O pátio é considerado um sistema de composição, ou suporte (conceito) de projecção arquitectónica muito variado. Por ser possível a sua utilização de uma forma tão diversa e interessante a nível compositivo, algumas civilizações usam-no unicamente e desde sempre até aos dias de hoje. Pode-se considerar assim um arquétipo, um sistema de composição ou um método de projecto. Com uma base ordenada e lógica, ultrapassa essa dimensão e passa a ser algo mais simbólico, abstracto e assim relevante.

Fig. 1.

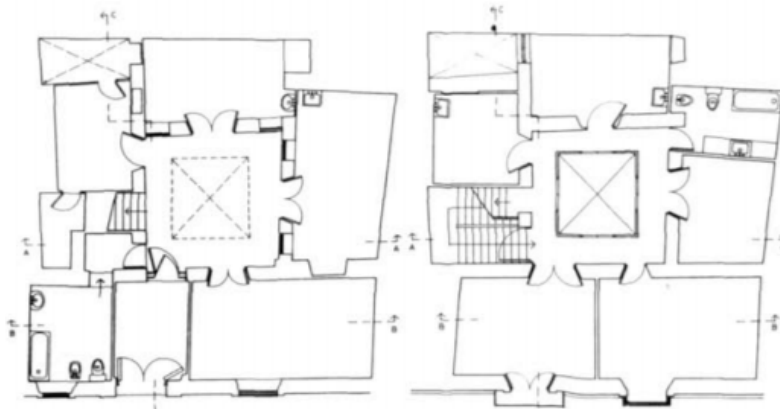


Fig. 2 | Planta da casa de sevilha, rua Abades nº 30, por José Ramón Sierra

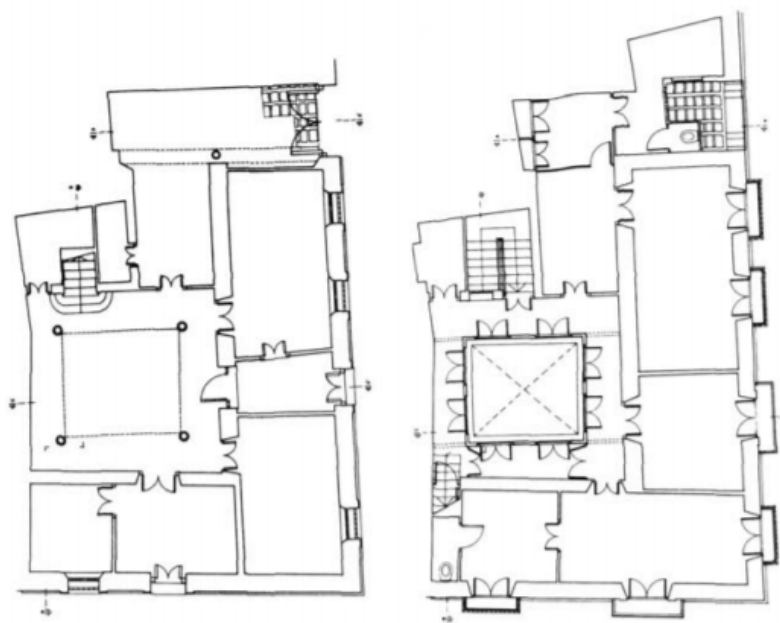


Fig. 3 | Planta da casa de sevilha, rua Alameda de Hercules nº 95, por José Ramón Sierra

Em algumas cidades, este elemento estabelece uma certa ordem e regularização numa malha aparentemente aleatória. Como cidade mediterrânica e ocidental, Sevilha cumpre em si mesma o requisito de caso de estudo neste arquétipo. A casa típica de Sevilha, que existe no centro histórico, é a tipologia casa-pátio. Não se sabe ao certo a sua origem, mas autores como é o caso de Capitel (2005) apontam para uma persistência do modelo habitacional árabe. Esta influência, aliada às condições climáticas e à sua malha urbana irregular, fizeram deste tipo de arquitectura a sua predilecta. Visto que a malha urbana da cidade não apresenta qualquer ordem, o uso do pátio como elemento central e regularizador da casa, e consecutivamente do lote, é constante. Esta solução arquitectónica não só garante uma eficaz ventilação e iluminação para espaços interiores da habitação, como faz deste espaço um elemento chave na recepção e distribuição de quem a habita, pois é a partir dele que se acede aos restantes compartimentos da habitação - por vezes os que se encontram no piso térreo têm como única abertura, a própria porta de acesso ao pátio. No caso de existirem pisos superiores o acesso é também executado pelo pátio, através de escadas que neste se encontram. Exemplo disto são as habitações na Rua Abades nº 30, em Sevilha, e na Rua Alameda de Hércules, nº 95, onde inclusive é necessário atravessar certas divisões para aceder a outras. São estas duas casas de carácter popular e a sua arquitectura vernacular é naturalmente a de casa-pátio (Capitel, 2005, p. 159).

Ao longo dos séculos, os pátios evoluíram desde a casa até à utilização em mosteiros, fábricas, prisões, escolas para espaços que são a definição de algo que não é ainda rua nem praça, mas um espaço aberto que pertence a algo que lhe está acoplado, um espaço de transição entre o privado - público e individual - colectivo. É uma zona de “domínio figurado” (Blaser, 1997, p.7), pois é do seu proprietário, mas é partilhado por todos os que nele habitam. Ou seja, traduz ao mesmo tempo intimidade e partilha por ser ao ar livre, privado e partilhado. Pela intimidade espacial que permite na habitação é considerado o “ninho dentro do ninho”.

Neste projecto queremos realçar a dimensão mais conceptual que deu origem ao pátio e que fez com que este se tornasse no centro e elemento ordenador do resto do edifício. Ordenação estrutural, relação interior/exterior, ar livre, luz e como local que conecta outros espaços da casa. Através desta sua dimensão pretende-se fazer do pátio um mundo próprio, que é habitado só pelos seus proprietários, sendo seguro e isolado do mundo exterior. É próprio, privado - privacidade não só no sentido funcional, como possessivo e representativo: um paraíso privado, no centro do seu mundo - interior, será neste caso a essência das casas.

O projecto visa o preenchimento dos vazios existentes entre a malha consolidada desta vila, através de um novo conceito de habitar. Este tem como princípio compositivo a base arquitectónica e projectual das vilas operárias, não com o intuito funcional pelo qual foram originalmente planeadas, mas sim na sua tipologia comunitária e integrada em espaço “semi-público”, como rua ou pátio. É importante realçar que o que se pretende não é uma vila operária na sua constituição tradicional, mas sim reinventar o seu conceito como “construção a partir do vazio” que se esconde por detrás da “pele” urbana, e recuperar a percepção de que se usufrui caminhando nas ruas principais da cidade, referente ao “misticismo” existente na entrada de uma vila operária. Ou seja, criar uma “bolsa” na cidade, fazendo uso do conceito “semi-público”, que dá origem à descoberta de “bairros” habitados.

1.2.1. | PÁTIOS E VILAS DE LISBOA

A população da cidade de Lisboa, entre os anos de 1864 e 1911, cresceu 120% face a um crescimento global do país de 45% (Dias, 1994, p. 17), graças à industrialização da cidade. Isto levou a um aumento da procura de habitação de baixo custo, que ainda não existia. Acabando por ocupar as zonas mais antigas da cidade, revive-se um modo de habitar em torno de um pátio, algo que está documentado como nossa tradição devido à ocupação árabe no século VII. Esta estrutura arquitectónica passa assim a ser a predilecta para estes habitantes, surgindo assim pontualmente e de forma quase espontânea e diversificada, por vezes em logradouros de prédios, palácios abandonados (porque a nobreza estava em decadência), antigos conventos (porque houve ordens extintas). Com o tempo e a contínua procura por uma solução para a problemática do alojamento, por volta de 1873, estes pátios começam a sofrer uma evolução, surgindo assim as “vilas”. Este novo modelo tipológico, ocupando os logradouros nas traseiras dos prédios (interior dos quarteirões), caracterizava-se por habitações em que estão assim dispostas em correnteza, com no máximo 3 pisos, ao longo de um corredor (como um pátio alongado) colectivo. (Dias, 1994, p. 21).

Sendo esta tipologia de habitação colectiva uma resposta à procura de alojamento, era do interesse dos seus investidores ocupar a maior parte da área disponível com habitações (e assim fazerem mais lucro) e, por isso, o espaço livre “inútil” e com poucos fins lucrativos ficava concentrado todo no mesmo local - mais precisamente os pátios ou corredores exteriores. Por esta mesma razão, às vezes, as escadas e galerias de acesso aos andares superiores são no exterior, de forma a utilizar absolutamente todo o interior da habitação, rentabilizando-a com espaço “lucrativo” e construindo o maior número de fogos possível.

O acesso ao pátio afastado das vias principais é privado e as entradas para as habitações são usualmente feitas directamente pelo pátio. Mesmo que este acesso não seja exactamente privado, é possível obter essa sensação de “invasão de propriedade privada e alheia” ao atravessar o “limite” que divide o pátio dos arruamentos públicos.

Apesar da arquitectura da maior parte dos pátios e vilas não ter um interesse óbvio, é pelo seu conjunto e relação entre as várias habitações e o espaço exterior que lhes é atribuído originalidade e interesse arquitectónico. São construções que surgem mais de uma forma empírica com uma arquitectura vernácula do que, respectivamente, racional e erudita. Ainda assim, em muitas destas Vilas é possível observar interessantes e bonitos pormenores de composições de azulejos, ou guardas em ferro forjado, existindo mesmo algumas que já têm na sua construção um notável esforço de composição arquitectónico, como são exemplo disso as Vilas Berta e Santos.

Estes conjuntos habitacionais são bastante interessantes do ponto de vista da compreensão urbana da cidade, evolução histórica e arquitectónica. E algo que não é directamente visível, mas que será das suas características mais curiosas, será a sua dimensão social - o tipo de vivência que é criado nestes espaços.



Fig. 4 | Vila Rodrigues, Graça



Fig. 5 | Vila Ramos, Lisboa



Fig. 6 | Vila Ramos, Lisboa



Fig. 7 | Vila Ramos, Lisboa

Algo que é fundamental neste tema é o tipo de convivência típico entre os habitantes destes pátios. Para estes habitantes o espaço do pátio não é só uma “área” colectiva, mas sim um espaço de vivência colectiva. O pátio é uma referência muito importante na vida destas pessoas, condiciona e configura o seu modo de vida.

Este fenómeno sócio-espacial, que lhe concede este estatuto simbólico, está inteiramente ligado à morfologia deste espaço, pois o facto de ter as seguintes características: abrigado do exterior, afastado dos eixos viários e com acesso privado, faz com que uma sensação de protecção e intimidade se estabeleça - algo muito favorável para as relações aqui estabelecidas entre os vizinhos. É simultaneamente um local “escondido” do resto da cidade e um lugar de visibilidade e comunicabilidade, o que faz com que por vezes a dinâmica estabelecida entre as relações sociais nem sempre seja a melhor.

O pátio torna-se assim numa extensão da casa e isso é visível não só no comportamento directo entre as pessoas, que se sentem literalmente “em casa” enquanto estão no pátio, como é evidente pelo cenário que se pode observar nestes pátios. O facto da maioria das casas terem portas directas para o pátio, ou por vezes ser mesmo a porta de entrada para casa, perto desta acabam por estar baldes, cadeiras, vasos, objectos que não pertencem à “casa” (ou seja, ao interior da habitação) mas sim a esta zona exterior, que no fundo também é sua. Por vezes o pátio torna-se assim num quintal ou canteiro colectivo, que todos cuidam e onde todos desfrutam. Este cenário é também favorável para o recreio infantil, pois é mais seguro, tem sempre alguém a “vigiar” e não é um local público nem perigoso, como por vezes a rua pode ser. É claramente um panorama propício a relações de grande investimento afectivo, não só entre as próprias pessoas, mas também com o pátio em si. É possível olhar para estes pátios como uma “malha urbana à escala humana” (Dias, et al., 1994, p.51), onde a lógica de “pequena aldeia” é reproduzida, conseguindo assim na cidade ter a dimensão rural, dimensão esta que tanto caracterizou a Lisboa típica.

Na cidade do Porto, da mesma forma que em Lisboa, com o crescimento industrial a população começou a centralizar-se na cidade e o aumento de residentes foi tal que deu origem a uma procura imensa por alojamento a baixo custo, que não tinha ainda sido criado. É a burguesia comercial que soluciona este problema ao descobrir que pode usar os quintais das próprias habitações para construir as tais casas, muito pequenas, de baixo custo (e más condições habitacionais), normalmente recorrendo a uma tipologia em banda de um ou mais pisos - “inventando”, assim, as “Ilhas” (Costa, 2002, p. 9). No século XIX, mais de 50 % da população desta cidade vivia nas Ilhas.

No Porto, estes “pátios e vilas” são denominados de “Ilhas”, que como o próprio nome indica, são espaços isolados aos quais se acede por um espaço aberto sob a casa implantada na periferia do quarteirão, que se desenvolve num corredor (onde se atravessa o edifício virado para a rua principal) que dá assim acesso ao pátio. Estas formas de habitar foram uma criação que através da sua lógica modular deu uso a muitos terrenos.



Também estas têm o mesmo valor simbólico, já descrito, que os pátios e vilas de Lisboa, pelas convivências e ambientes aí vividos e experienciados.

Neste projecto pretende-se “reviver” a vila operária através do pátio, explorando o conceito do pátio como privado mas colectivo, um espaço agregador e distribuidor, como o considera também Coelho:

“a capacidade de compactação urbana e de agregação das habitações desenvolvidas em torno de pátios parece ser uma arma, bem actual e interessante, no aprofundamento de uma estratégia densificação urbana, tratando-se de um caminho que não sacrifica as fundamentais privacidades domésticas, e sendo também um caminho claramente associável ao desenvolvimento de tipologias habitacionais intermediárias, entre o unifamiliar e o multifamiliar, numa estimulante transfiguração da ideia da casa-pátio, para soluções (...) mutuamente sobrepostas e diversificadamente imbricadas.” (Coelho, 2010, para. 14).

1.3. | HABITAÇÃO - DA CASA ATÉ À HABITAÇÃO FLEXIVEL PASSIVA COLECTIVA

A casa como conceito, mais do que uma edificação, surge na burguesia apenas no séc. XVII nos Países Baixos, pois o sítio onde anteriormente se vivia era uma casa mas não tinha em si propriedades, como o íntimo, o privado, a domesticidade ou o conforto, fulcrais para que o espaço em que vivemos se torne realmente na nossa casa (Rybczynski, 2003, p.36).

A casa como habitação isolada não corresponde à ideia de casa a que os humanos se referem, pois uma casa não o pode ser sem habitantes que nela habitem. Ou seja, são as relações entre os habitantes ao apropriar-se do espaço e as relações entre si que definem que o espaço em que vivem é de facto uma casa, a sua casa. Norberg-Schulz (1984) considera que uma casa é um espaço com qual nós nos identificamos, isso inclui identificarmo-nos não só com a habitação em si como o contexto em que este está inserido (Norberg-Schulz, 1984, p.124)

Segundo Rybczynski (2003), referindo ainda que a cada estatuto social pertencia uma edificação onde habitar, aos aristocratas (a nobreza) pertenciam os castelos, ao clero os mosteiros, ao povo “a barraca” e à burguesia “a casa”. O reconhecimento deste facto justifica-se pelo contexto em que os burgueses nos Países Baixos viviam. Esta era a primeira república da Europa governada por estados gerais integrados por representantes de cada uma das 7 províncias envolvidas, elegidos pela classe média alta e entre 1609 e 1660 vivia-se a “idade do ouro”. Sendo um país de comerciantes e agricultores proprietários e trabalhadores das próprias terras, a noção de “*dwelling*” (habitar) era diferente deste país para todos os outros.

O conceito de casa nasce neste grupo social pois dá-se assim a transição entre a casa feudal para a casa privada e familiar ligada ao conceito da domesticidade - “*la domesticidad, la intimidad, el confort, el concepto del hogar y de la familia son, literalmente grandes logros de la Era Burguesa*” (Luckacs, 1970, p. 624).

As casas nestes países eram mais pequenas, estreitas e viviam nelas menos pessoas, 4 ou 5, (Rybczynski, 2003, p. 69), ao contrário de, por exemplo, em Paris, onde na mesma habitação viviam 25 pessoas e não era por terem mais divisões que deixavam de dormir maioritariamente no mesmo espaço.

A domesticidade surge quando na habitação se começam a separar os espaços íntimos e privados dos públicos e colectivos, separando a zona dos empregados dos respectivos patrões, ou ainda afastando a zona das crianças das dos seus pais – que noutros países, ao contrário dos Países Baixos, por grupos sociais semelhantes, nem cresciam ou eram educados pelos seus progenitores, fazendo assim uma especialização funcional dos espaços da casa. O piso térreo continuava a ter um carácter público, mas quando se subia as escadas até ao primeiro piso encontrávamos os espaços privados que pertenciam à família. É esta dimensão que aqui se introduz do “espaço privado à família”, e por isso íntimo, que cria a domesticidade e consecutivamente a noção de “casa”. Por oposição, em Paris, na mesma altura, onde as aparências e o estatuto eram mais importantes do que a intimidade, para se aceder a uma divisão era necessário percorrer todas as outras (estavam dispostas em “corredor”). Desta forma podiam demonstrar, através da casa, o seu nobre estatuto (idem, p.51).



Fig. 10 | Introdução de tecnologia na cozinha, 1950



Fig. 11 | Introdução de tecnologia na cozinha, 1950

O papel da mulher na domesticidade é algo que merece aqui algum destaque pois na verdade, por a casa ser o seu espaço, foi “ela” quem criou e desenvolveu na prática este termo e consequentemente originou a casa. É a partir desse momento que o papel da casa como refúgio, abrigo e local de apropriação, aparece. Apesar das acções estabelecidas numa habitação se traduzirem em algo material e físico, habitar uma casa é muito mais do que isso, é uma relação intrínseca e imaterial de segurança que o seu próprio habitante constrói, pois *“El confort en la vida es mucho mas mental que fisico”* (Richards, 1905, p.105)

Por ser nesta altura um espaço apropriado por quem o habita, este teria de ser confortável e proporcionar agrado aos seus habitantes. Para o alcançar era necessário haver um investimento nos interiores. Surge assim, no séc. XVIII, o Rococó, o 1º estilo concentrado exclusivamente no interior dos espaços. Sendo este tema do interesse do Rei Luís XV, isto proporcionou que as ideias, na altura modernas, de “privacidade, intimidade e conforto” fossem aceites e postas em prática mais rapidamente. A noção de conforto para arquitectos como Jaques-François Blondel¹ seria apenas o “adequado e conveniente” por oposição a conceitos como “agrado e cómodo”. Hoje em dia sabemos que o conforto é muito mais do que qualquer uma destas “definições”.

A mobília tem em parte que ver com esta ideia de conforto, pois antigamente os móveis eram precisamente “móveis”, ou seja as divisões descaracterizadas tinham móveis que eram transportados de umas para as outras. Com o aparecimento das divisões com funções específicas o mobiliário passou a ser “estático” e fixo. A busca do conforto passa também pelos móveis, nomeadamente pela evolução da cadeira, por exemplo. O estilo Rococó resolve assim o problema das cadeiras desconfortáveis, sempre adaptadas ao estilo da época. Era muito difícil naquela altura (por vezes até nos dias de hoje) desenhar uma cadeira confortável. Essa condição é uma razão apontada por Rybczynski (2003) para o facto de vários povos terem mesmo desistido e optado por se sentarem no chão, alcançando assim um maior conforto (como China, Índia, Japão), realçando assim que uma sociedade que não use cadeiras consequentemente também não necessita de mesas, aparadores e estantes. A questão dos móveis como elementos que definem o espaço e consequentemente a acção que nele fazemos, ou como nos comportamos, é também alvo de reflexão pela parte de Yona Friedman (1980) anos mais tarde:

“A habitação está formada por uma aglomeração de divisões cada uma das quais tem uma função determinada, como comer, dormir, lavar-se e fazer a comida. A utilização destas divisões é intercambiável, é possível transformar o corredor em quarto através da mudança dos móveis. O uso de uma divisão vem definido pelos seus móveis, pelo seu equipamento. Nesta troca, um alojamento individual não está reservado a um uso específico, está reservado à pessoa que o ocupa para todos os usos”. (Friedman , 1980, p.60)

1 Arquitecto da corte do Rei Luís XV e fundador da 1ª escola de arquitectura da Europa (Rybczynski, 2003, p.70)



Fig. 12 | Introdução da televisão no espaço doméstico. 1960

É com a casa do estilo Georgiano (dos reinados de Jorge I a IV) que a casa ganha uma dimensão cómoda, sendo que os ingleses preferiam viver no campo, estes obtinham uma vida muito mais tranquila (do que a dos franceses, por exemplo) e pelo facto de não terem perto de onde habitavam distrações como o teatro, por exemplo, a casa transformou-se num local também de ócio. Existiam assim na casa inglesa divisões para estar, conviver, ócio, e divisões privadas para a família. Tinha neste momento um importante papel na vida social, era um local social mas privado, surgindo assim a comodidade na casa. Havia duas características que definiam a casa georgiana: a comodidade e a facilidade. Os ingleses interessavam-se pelo natural e a natureza, contribuindo assim para o movimento Romântico da arquitectura. As casas assumiam uma planificação mais livre e os quartos passavam de ser uma divisão para um “lugar”. Acreditava-se agora que o conforto não deveria só compreender o agrado visível ou o bem estar físico, mas também a utilidade. Esta nova concepção levava a comodidade francesa mais à frente, fazia do conforto, em vez de uma ideia, um ideal (Rybczynski, 2003, p. 127).

“La palabra «confort» tiene un origen en el Francés antiguo (confort), pero adquirió su sentido moderno y doméstico en Inglaterra. Desde allí, a fines del siglo XVIII se volvió a exportar a Francia” (Gallet, 1964, p.97).

Para atingir o conforto total é necessário proporcionar conforto a vários níveis, em termos de iluminação natural, ventilação, temperatura, ruído e, mais tarde, a água quente e a electricidade. Já existia a noção que se alguns destes parâmetros não fossem tidos em atenção numa casa, não só os habitantes não estariam confortáveis, como poderiam ficar doentes. Ao longo dos séculos estas valências foram sendo atribuídas às casas até meados do séc. XX.

Em 1900, nos Estados Unidos da América, começam a ser editados livros de economia doméstica, pois com o aparecimento da electricidade e alguma tecnologia, a casa poderia tornar-se mais eficiente; assim sendo, estes livros eram dirigidos à mulher. O papel da mulher na casa foi ascendendo ao longo dos séculos e no séc. XX este era de total domínio. Através de possíveis ensinamentos pela parte, por exemplo, de Beecher (1869), no seu tratado *“The american woman’s Home”* a mulher podia tornar não só a casa mais eficiente, como o seu trabalho de “dona de casa”. Com a participação de alguns elementos modernos, as mulheres poderiam poupar tempo nalgumas tarefas domésticas diárias, e utilizá-lo para outras. Um exemplo poderá ser a utilização de tecnologia, outro o facto de serem colocados na casa móveis encastrados, o que fazia com que a sua limpeza fosse mais fácil e consequentemente mais rápida.

“No hay aspecto de la economía doméstica, que afecte más seriamente a salud y la comodidad diaria de las mujeres estadounidenses, que la construcción correcta de las casas” (Beecher, 1869, p.23).²

2 Beecher era também uma dona de casa, por isso quando escreveu este tratado às mulheres escreveu do ponto de vista de uma dona de casa. (Rybczynski, 2003, p.164)

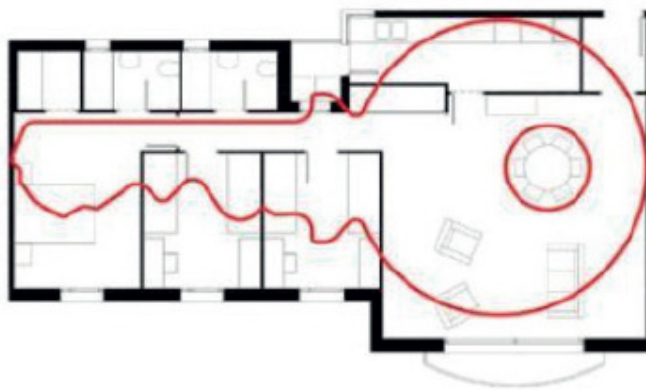


Fig. 13 | Planta em chave, ilustrando a hierarquização da casa

Mudanças como invenções de novas tecnologias, armários encastrados, aquecimento e electricidade tinham de ser agora incorporadas na arquitectura. Estas, que originalmente eram pensadas para casas de grandes dimensões, como por exemplo palácios, tinham agora de ser adaptadas a todas as habitações, o que pelo facto de serem muito mais pequenas tornava esta tarefa muito difícil. Isto levava a que essas habitações tivessem condições mais precárias.

A casa unifamiliar vê com a modernidade várias mudanças a acontecer e no pós-guerra deixou de haver dinheiro para investir em estilos decorativos “ricos” como a arte Deco, Noveau ou mesmo Arts and Crafts. Com a introdução do modernismo no interior das habitações estas tornaram-se demasiado monótonas, sendo consideradas por alguns “frias e depressivas”. Le Corbusier, o arquitecto mais influente do tempo moderno, considerava que *“uno puede sentir-se orgulloso si tiene una casa tan útil como una máquina de escribir”* (Citado por Rybczynski, 2003, p. 195). Autor de muitos ideais modernos publicados por exemplo na obra *“Vers une Architecture”* (1923) e criador de muitos projetos modernos, como por exemplo a Unidade de habitação de Marselha (1947-1952), ridicularizava os interiores franceses, dizendo que colecionavam móveis tendo *“labirintos de mobiliário”*³ (Rybczynski, 2003, p. 193).

Para Le Corbusier, tentando que estas fossem adaptadas aos tempos modernos e consequentes funcionalidades e tecnologias, as casas eram protótipos projectadas com normas e regras universais, não pessoais. A habitação tornava-se assim num objecto construído em massa, desligada do seu principal usuário, o habitante, sendo este quem deveria adaptar-se a uma nova forma de viver, em vez do contrário. Todos os conceitos introduzidos nas casas e consequentemente nas vidas as pessoas, como a domesticidade, conforto, intimidade, eram nesta época desprezados, fazendo do habitar uma acção estranha e desligada do Homem.

No séc. XX, na época moderna, a austeridade visual e táctica substituíu o agrado, ou seja, existia um total esquecimento propositado dos costumes burgueses: conforto, comodidade, intimidade – a domesticidade. As casas tornam-se num espaço altamente hierarquizado, separando os espaços comuns dos privados, forçando as pessoas a adaptarem-se a esta forma de habitar: *“(…) pela racionalização, com uma especialização e hierarquia dos espaços, que obriga a um determinado modo de a viver.”* (Pereira, 2013, p.21).

Numa tentativa de voltar ao bem-estar doméstico, surge uma nostalgia pelo passado, pois se as soluções apresentadas no futuro não são suficientes há que as ir buscar à tradição. É possível ter referências do passado mas não é correcto transportar tudo o que se fazia para os dias de hoje, ou seja os ideais de conforto como intimidade, clima aconchegador e domesticidade sim, mas não os estilos onde estes se aplicavam por inteiro. Isso não faz sentido nem se adequa ao presente.

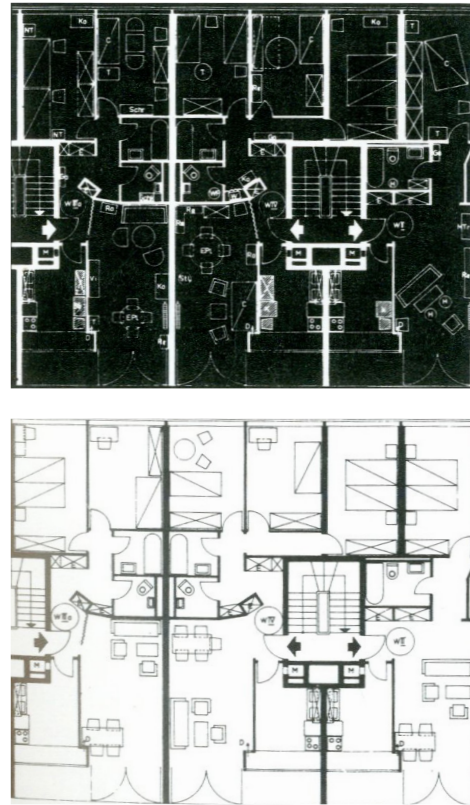


Fig. 14 | Planta mobilada de edifício de habitação de Oscar Niemeyer em Hansaviertel de Berlim (1958-1959) comparada com a disposição dos móveis dos inquilinos



Fig. 15 | Fotografias das mesmas casas habitadas por diferentes pessoas. Edificio Mitre, J. F. Barba Corsini, Barcelona.

O que é necessário é ter um olhar crítico para com todas estas tentativas de habitar e através disso tentar recriar a casa no séc. XXI. Por exemplo, apesar de na época moderna nos termos afastado dos conceitos básicos da casa, a tecnologia deve ser tida em consideração quando se projecta uma casa, pois somos ainda dependentes dela. Vive-se hoje em dia uma busca pelo habitar perfeito numa tentativa de reviver as sensações burguesas, mas até agora sem total sucesso.

“O conforto é quando se elimina o desconforto”⁴ (Rybczynski, 2003, p.229).

É difícil de o definir e ainda mais difícil de o alcançar totalmente numa habitação, mas sabemos que tem de satisfazer em certos parâmetros como: qualidade visual, luz, ventilação, intimidade, comodidade do mobiliário, tamanho das divisões, segurança, espaço aberto, volume e ruído. Este é assim uma “cebola” com várias camadas associadas umas às outras.

A problemática da habitação actualmente ainda não solucionou o que a modernidade perdeu e tem ainda uma agravante, a população em questão não é uniforme como no século passado. A diversidade de relações entre o agregado de uma habitação é cada vez mais diversa. A população está em constante mudança, e estudos actuais têm vindo a demonstrar que a composição das “famílias” (ou daqueles que habitam um fogo) portuguesas já não é a mesma de há décadas atrás. A este facto atribuem-se mudanças como diminuição de casamentos, aumento de divórcios, uniões de facto e famílias monoparentais, o atraso na saída dos filhos da casa dos pais, as famílias reconstituídas que são cada vez mais frequentes, o papel da mulher na sociedade e o aumento da longevidade.

Dadas as alterações já expostas anteriormente, não faz sentido, como arquitectos, planearmos uma habitação da forma convencional que se tem vindo a fazer ao longo dos anos; as casas que construimos só estão realmente completas e são “casas” quando habitadas. Assim sendo, não podemos ignorar a mudança que está a acontecer e esta tem de ser tida em conta ao projectar uma habitação. Tendo em conta o cenário em que nos encontramos, não é suficiente contar com o estado da sociedade neste momento, mas sim prever que há-de mudar novamente, e que podem acontecer mudanças na mesma casa de várias formas durante o período de tempo em que uma mesma “família” lá habite. Não só a casa tem de estar adaptada à realidade como deve poder ser adaptada a eventuais mudanças que possam ocorrer, pois como Sandra Marques Pereira refere

“(…) a transformação da casa não é um assunto simples, tratando-se, aliás, não de «uma» transformação, mas sim de «múltiplas» transformações que se sobrepõem, umas de uma forma mais rápida e evidente, outras de forma mais lenta e imperceptível; a evolução da casa resulta pois da conjugação da evolução das suas múltiplas componentes que vão mudando a ritmos diferentes” (Pereira, 2010, p.315).

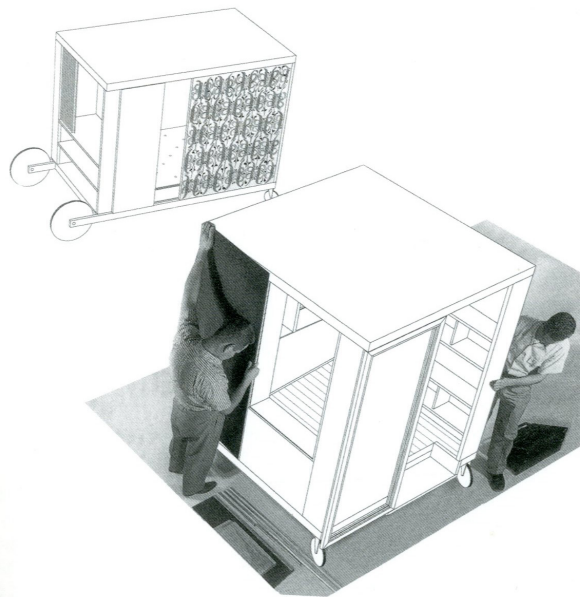


Fig. 16| “Studiomobile” e “Charriote à coucher” por Monteys, Lecea e Furtes em 1999

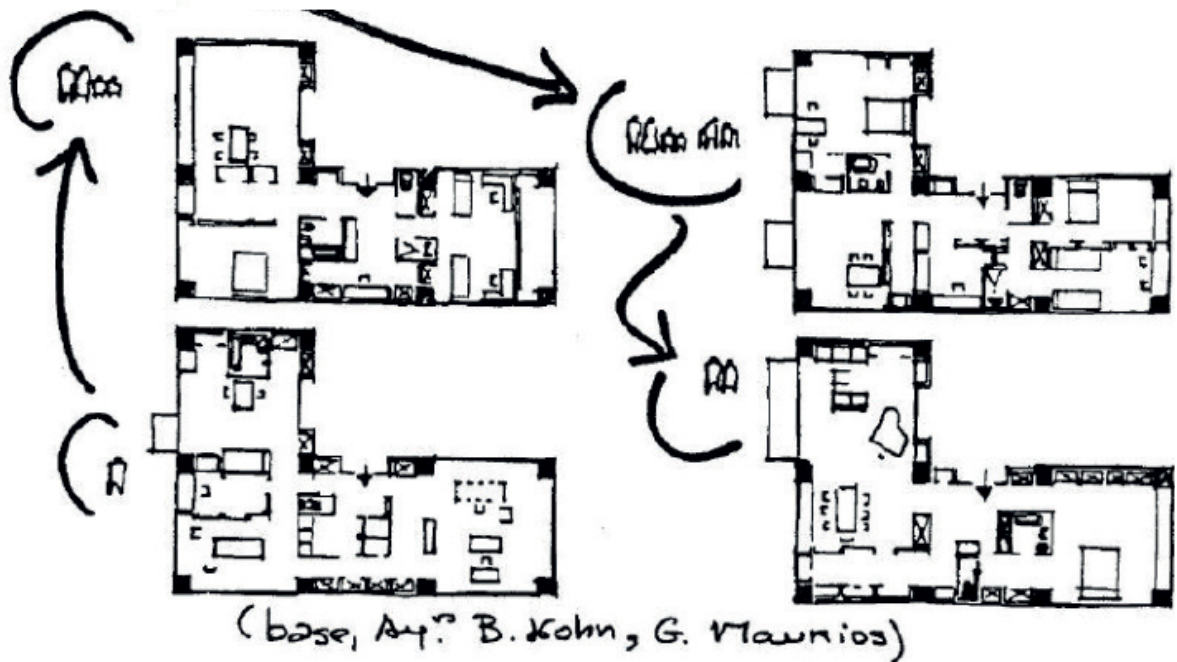


Fig. 17 | A mesma planta adaptada a diferentes agregados familiares

Com isto, introduz-se aqui um tema que se pretende aprofundar no presente trabalho, que é o tema da habitação flexível.

Dentro do tema da flexibilidade, Hertzberger (2005) distingue a flexibilidade activa da adaptabilidade ou flexibilidade passiva. A flexibilidade activa é a capacidade de mudar um dado espaço fisicamente; a flexibilidade passiva ou adaptabilidade considera-se a capacidade de um espaço ser utilizado para diferentes funções sem que este seja alterado fisicamente (Hertzberger, 2005, p.160).

Segundo Ignacio Paricio e Xaxier Sust (2000) há várias formas de se alcançar a flexibilidade no geral; alternando paredes, por exemplo, duas divisões deixam de ter a parede que as separa e passa a uma divisão maior; introduzir paredes móveis; a circulação dupla; haver partes da casa separadas; criar mais do que um acesso a estas para que possam eventualmente ser isoladas; ou fazendo uma compartimentação ambígua.

“Se entiende por flexibilidad cualquier disposición constructiva o formal que permita cierta diversidad en las maneras de ocupacion. La flexibilidad se puede conseguir de muchas maneras; desde la conversión de dos pequeños dormitorios en uno mayor mediante el derribo de un tabique, hasta una ordenación en loft en que la compartimentación sea un móvil” (Sust et al, 2000, p. 49).

Uma coisa é certa para estes autores: quando mais espaço, mais facilmente a flexibilidade é alcançada. É necessário que uma “vivenda anónima” se adapte a todos os seus habitantes concretos (Sust et al. 2000). Hertzberger concorda que este conceito é a forma de alcançar uma melhor versatilidade do espaço *“The richer the variety of what is offered, the greater the capacity of the house to meet the most richly variegated desires of the inhabitants”* (Hertzberger, 2005, p.162), ainda assim refere que a flexibilidade é algo dinâmico e incerto pois *“The flexible plan starts out from the certainty that the correct solution does not exist, because the problem requiring solution is in a permanente state of flux, i.e. it is always temporary. (...) it only has to do with uncertainty”* (Hertzberger, 2005, p.146).

Os autores Sust e Paricio (2000) encara que há à partida considerações que se podem tomar sobre as várias funções da casa que ajudariam a uma maior flexibilidade. A cozinha, hoje em dia, já não é um espaço onde apenas se confecciona a comida e deve ser projectada pensando em tal, é no presente um espaço que pertence à zona de reunião e comunitária da casa. Fuertes e Monteys (2011) concordam referindo que: *“La cocina como lugar de preparación de todas las comidas del día pierde pero a la vez, paradójicamente, parece mantenerse su valor como habitación central de la casa”* (Fuertes et al., 2011, 110) pois já nos primórdios tempos esta o era, *“El término hogar comporta en su origen (...) a un modo de domesticar el fuego hasta convertirlo en fuentes de calor y energía para cocinar. No es de extrañar, pues, que llamemos a nuestras casas hogares, aun cuando el elemento que les há dado nombre ya no exista”* (Idem, p. 104).

Algo que está ligado à cozinha é a lavandaria. Esta relação só se estabelece porque antes havia criadas que trabalhavam nessa zona. Como a situação actual já não é a mesma e há menos pessoas a ter empregada do que antigamente, o local da lavandaria deve ser repensado, deve estar fora da cozinha, pois a interacção entre roupa lavada e comida a ser confeccionada deve ser evitada, e como é para ser manuseada por todos, talvez deva estar num local mais de circulação e perto dos quartos.

Monteys e Fuertes (2011) concordam com Sust e Paricio (2000) com o facto de que as zonas de arrumação também devem ser pensadas e incluídas nas divisões dos espaços: *“El uso de estos elementos lleva facilmente a concebirlos como parte de un sistema estandarizable que permite (...) pensar en ellos como suma de pared y armário en una sola unidad. (...) El espacio domestico queda, de este modo, vacío para ser utilizado”* (Fuertes et al., 2011, p.65) podendo mesmo ter uma função de recepção e distribuição – “vestíbulo”.

Sust e Paricio (2000), em concordância com Fuertes e Monteys (2011), consideram que há certas funcionalidades da casa que numa habitação colectiva podiam ser centralizadas num espaço comunitário, dispersando certas zonas da casa. A existência deste espaço reforçaria a relação entre aqueles que ali viveriam, expandindo o domínio de casa como espaço meu/nosso.

Aglomerar as zonas de serviço, que são *“all those issues associated with the supply and drainage of energy, water, air and information”* (Leupen et al. 2011, p. 327), é também uma das possíveis estratégias a adoptar para alcançar a flexibilidade. Estas podem na casa encontrar-se como um núcleo central, numa parede, num piso específico ou tendo várias colunas (idem, p. 320). As instalações sanitárias integradas nesta podem ser compartimentadas de forma a serem utilizadas ao mesmo tempo. Leupen e Mojin (2011) consideram que a arquitectura desta zona deve ser bastante ponderada numa habitação, não sendo considerada apenas do domínio tecnológico,

“this only becomes interesting from an architectural perspective when these pipes and ducts, and the appliances associated with them, require special adjustments to the spaces where we find the appliances, such as bathrooms and kitchens. This is why these spaces require special finishing and detailing” (Leupen et al. 2011, p. 328).

Há constituintes da casa mais fáceis de alterar do que outras. John Habraken (1979), através do projecto *“Supports”*, faz uma distinção entre o que é fixo, o *“support”* – estrutura e infraestrutura do edifício - e o que é mutável, o *“infill”* – a compartimentação interior e equipamento. O presente projecto final de mestrado tem em parte como base este conceito, pois projectando as áreas de serviço e infraestruturas centralizadas, o espaço à sua volta fica livre para proporcionar uma maior flexibilidade.

No caso deste projecto final de mestrado pretende-se dar maior destaque na prática à adaptabilidade ou flexibilidade passiva, criando espaços ambíguos, a dupla circulação e juntando funções na mesma divisão, pois como reforça Venturi (1974) *“En lo que sostenía que las habitaciones com uso genéricos en lugar de específicos o los muebles movibles en lugar de tabiques móviles fomentaban una flexibilidad perceptiva en lugar de una flexibilidad física, y concluía afirmando que: «la ambiguidad válida fomenta lá flexibilidad útil»”(Venturi, 1974, p. 53).*

As habitações que se propõe construir são de pequenas dimensões, mas isso não será razão para uma menor flexibilidade, pois já na idade média apenas uma divisão continha maior flexibilidade, por ser ambígua, do que muitas casas que hoje conhecemos:

“Lo que era igual de notable acerca de la casa era la forma en que se utilizaba el espácio. Lo comedor que normalmente contenía un gran armário movable sobre ruedas. Por la noche, se ponía esse armário a un lado y la habitación servía de dormitorio. Por la mañana, el dormitorio se podía dividir en dos y utilizarlo para estar y para desayunar, mientras que durante el día se utilizaba el almário para crear una pequeña zona de custura y una sala más amplia” ((Rybczynski, 2003, p.167).

E Beecher reforça *“puede hacerse que unas casas pequenas y económicas proporcionen la mayor parte de las comodidades y muchos de los refinamentos de las casas grandes y caras” (Beecher et al., 1869, p.25).*

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO A VILA DE OEIRAS

2.1 | BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DO CONCELHO

O presente projecto de final de mestrado tem como local de intervenção o Núcleo Histórico da Vila de Oeiras que está inserido no Concelho de Oeiras. Neste capítulo pretende-se descrever sucintamente a evolução do mesmo ao longo do tempo. Através da descrição que se segue tenciona-se dar a conhecer o concelho e com isso também justificar a conveniência deste projecto nesta localização.

A sua localização privilegiada no litoral foi a característica que desde cedo fez a população interessar-se pelo concelho. Este está integrado na Área Metropolitana de Lisboa, mais precisamente na margem norte, entre os concelhos de Cascais (a poente), Sintra, Amadora (a norte), Lisboa (a nascente) e o Rio Tejo (a sul). É constituído por cinco freguesias: Barcarena; Porto Salvo; Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; Carnaxide e Queijas; Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, e o seu território estende-se por 45 km² (Fernandes, 1997, p.21).

A origem histórica deste concelho recua até aos tempos da Pré-História. Prova disso são os vestígios do Paleolítico e da Idade do Ferro na Gruta da Ponte da Laje e a Jazida do Ferro de Outurela. O clima ameno, a proximidade do litoral, bem como da ribeira, e a existência de “cabeços” no interior, podem ser o motivo de interesse neste território, pois também existem indícios de ocupações agropastoris no Castro de Eneolítico de Leceia. Foram encontrados também materiais originários da Fenícia, indicando relações comerciais com regiões do Mediterrâneo, o que é facilmente credível dada a posição face ao Rio Tejo. Do período Romano, há conhecimento da existência de mosaicos na Rua das Alcássimas no Núcleo Histórico, e relativamente à ocupação Muçulmana apenas se reconhece a influência na toponímia, por exemplo : Alcássimas, Algés, Alpendroadado, Almocovada, etc.

As primeiras referências oficiais ao concelho de Oeiras são feitas em documentos oficiais do reinado de D. Dinis e dizem respeito a Mosteiros e Conventos construídos no concelho. Ainda no séc. XVI, no reinado de D. Manuel, com o desenvolvimento industrial e comercial são construídas em Oeiras as primeiras oficinas para a manipulação da Pólvora, em Barcarena, e os Fornos de Cal, em Paço de Arcos, para a exploração de pedra. Começa também a aparecer actividade agrícola, como a cultura de vinhas e mais tarde de cereais, que acaba por existir em quase todo o concelho. No séc. XVII, como foram estabelecidas em Paço de Arcos as carreiras de barcos destinadas a comércio, deu-se lugar à construção de fortes ao longo da costa para as defender, sendo o mais conhecido o Forte de S. Julião da Barra. Durante os séc. XVII e XVIII foram construídos palácios e quintas de recreio, não só com esse intuito próprio, mas também associados à agricultura, pois a posição destes junto à ribeira faz com que sejam privilegiados no que diz respeito à sua localização, e isso fazia-se notar nos resultados agrícolas. Estas quintas eram dos principais abastecedores de produtos alimentares da população da cidade de Lisboa.



Fig. 18 | Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras



Fig. 19 | O Hábito de Veraneio, Fotografia da Praia de Paço de Arcos por António Passaporte, início dos anos 50 do séc. XX

É a partir do séc. XVIII que este concelho realmente cresce e a isso deve-se à presença do Marquês de Pombal. Foi no período em que Sebastião José de Carvalho e Melo (ministro do Rei D. José I) foi atribuído o título de Conde de Oeiras, que o lugar de Oeiras foi elevado à categoria de Vila, como se mantém até hoje. É com este facto histórico que o desenvolvimento urbanístico de Oeiras começa e se vai desenvolvendo até aos dias de hoje. (Carrilho et al. 2009, p.3). A partir deste feito o concelho de Oeiras ganha uma certa autonomia administrativa e é isso que proporciona o seu rápido crescimento económico e social. Como testemunho vivo da riqueza alcançada neste período, existem por todo o concelho quintas, palácios, igrejas, capelas, moinhos, pombais, chafarizes e aquedutos, mandados construir pelo Marquês de Pombal.

Entre o séc. XIX e os anos 40 (do séc. XX), começa uma nova fase para o concelho, associada ao interesse pela praia, inicialmente pelos higienistas que defendiam o hábito banhar como método de profilaxia e tratamento de doenças ósseas, e mais tarde ao culto do veraneio. Por isso, no litoral de Oeiras, começam a aparecer moradias de recreio. Alguns exemplos destas são as casas construídas por arquitectos como Miguel Ventura Terra, Porfírio Pardal Monteiro, José Luís Monteiro e Manuel Joaquim Norte Júnior. Este facto impulsionou invariavelmente a construção de infraestruturas, como o caminho de ferro e a sua expansão, tornando Oeiras mais acessível o que por sua vez proporcionou a instalação de unidades industriais como a Fundição de Oeiras, fábricas de Papel, de Fermentos Holandeses e do grupo Lusalite – dedicado ao fabrico de telhas de fibrocimento. Com isto o cenário de dinamização social e cultural neste concelho altera-se, levando à edificação de sociedades recreativas e desportivas e teatros.

Depois desta próspera fase do concelho, de Oeiras começa a haver uma concentração económica e de poder no centro de Lisboa, o que leva ao abandono de certas actividades aqui estabelecidas. Dado o contexto socioeconómico em questão é necessário um plano urbanístico que crie um acesso até às zonas litorais da capital. Em 1933 esse projecto é entregue pelo Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco ao arquitecto urbanista Donat-Alfred Agache que tem como prioridade a construção de elementos estruturantes que visam a expansão da capital de uma forma ordenada. Agache determinou assim a concepção do Plano Urbanístico da Costa do Sol (P.U.C.S.) através da construção uma via ao longo do litoral – Estrada Marginal - e outra em “paralelo” pelo interior – a autoestrada. Assim sendo, Oeiras passa a ser apenas um “dormitório” entre as cidades até meados dos anos 80. O edificado aqui construído nem sempre garantia as condições básicas de habitabilidade: Oeiras era neste momento um dos concelhos com mais barracas e bairros degradados. Em 1987 estabeleceu-se o Plano Municipal de Habitação de custos controlados que visava a erradicação de barracas até 1997. Este objectivo foi assim cumprido com a construção de cerca de 2000 fogos promovidos pela autarquia e em 1999, como estava estabelecido no Programa Especial de Realojamento (PER) - do qual este plano fazia parte -, as barracas e estes bairros foram eliminados do concelho.



Fig. 20 | Av. Marginal, Fotografia por António Passaporte, início dos anos 40 do séc. XX



Fig. 21 | Bairro de Nova Oeiras

No séc. XX, deve-se ainda fazer referência ao Bairro Residencial de Nova Oeiras como sendo um dos melhores exemplos urbanos, paisagistas, e arquitetónicos de arquitectura moderna. O bairro foi conceptualmente projectado com base no pensamento moderno de Le Corbusier e na “cidade-jardim”, teoria de Ebenezer Howard, tendo assim um modelo misto de habitação onde existem moradias em torno de edifícios de habitação colectiva tanto de grande como pequena dimensão, e ainda um jardim que unifica e articula todo o conjunto habitacional. O projecto, aprovado pelo Ministro das Obras Públicas a 1954, é de Cristino da Silva com estreita colaboração de Pedro Falcão e Cunha e de Palma de Melo. O enquadramento paisagístico foi elaborado por Gonçalo Ribeiro Teles e Edgar Sampaio Fontes. Os painéis de azulejos na antiga Estalagem são de Rogério Ribeiro.

No presente século tem havido um grande esforço, e com ele positivas recompensas, em melhorar o concelho a nível ambiental, cultural, de acessibilidades, também ao nível da reabilitação urbana, e hoje em dia é destacado o interesse pelo património e a sua respectiva reabilitação, não só dos palácios e moradias de recreio, mas de simples casas de arquitectura vernacular.

Reconhecendo o acréscimo cultural da reabilitação do edificado e das potencialidades da mesma para novas dinâmicas para a vila, propõe-se uma intervenção no seu núcleo histórico. Situado a Este da Ribeira da Lage e do Jardim e Palácio do Marquês de Pombal, mesmo no centro da vila.



Fig. 22 | Plano do Porto de Lisboa e das Costas vizinhas; 1756



Fig. 23 | Configuração da entrada da Barra de Lisboa; 197.?

2.2. | COMPILAÇÃO CARTOGRÁFICA

Neste subcapítulo são apresentadas algumas das reproduções cartográficas de Oeiras. Este concelho é aqui representado desde 1756 por diferentes razões e de diferentes meios. O facto deste ter sido inclusivamente o território que melhor se conhecia nos séc. XVIII e XIX é uma prova de que esta zona era de extrema importância para o país¹, o que reforça o seu valor histórico que se mantém até aos dias de hoje.

Algo que é notório em todas as seguintes cartografias é a representação do mar e da relação do concelho com este. Donde se depreende que esta região ganhou importância inicialmente por causa da sua localização litoral.

Nos seguintes mapas é já claramente visível o núcleo histórico com traços e linhas que ainda hoje podem ser reconhecidos. Como é o exemplo das Ruas Marquês de Pombal, Cândido dos Reis, Alcássimas, bem como o Largo Marquês de Pombal e a Rua do Aqueduto.

Através destas é possível observar as semelhanças do núcleo histórico desde meados de 1800 até hoje.

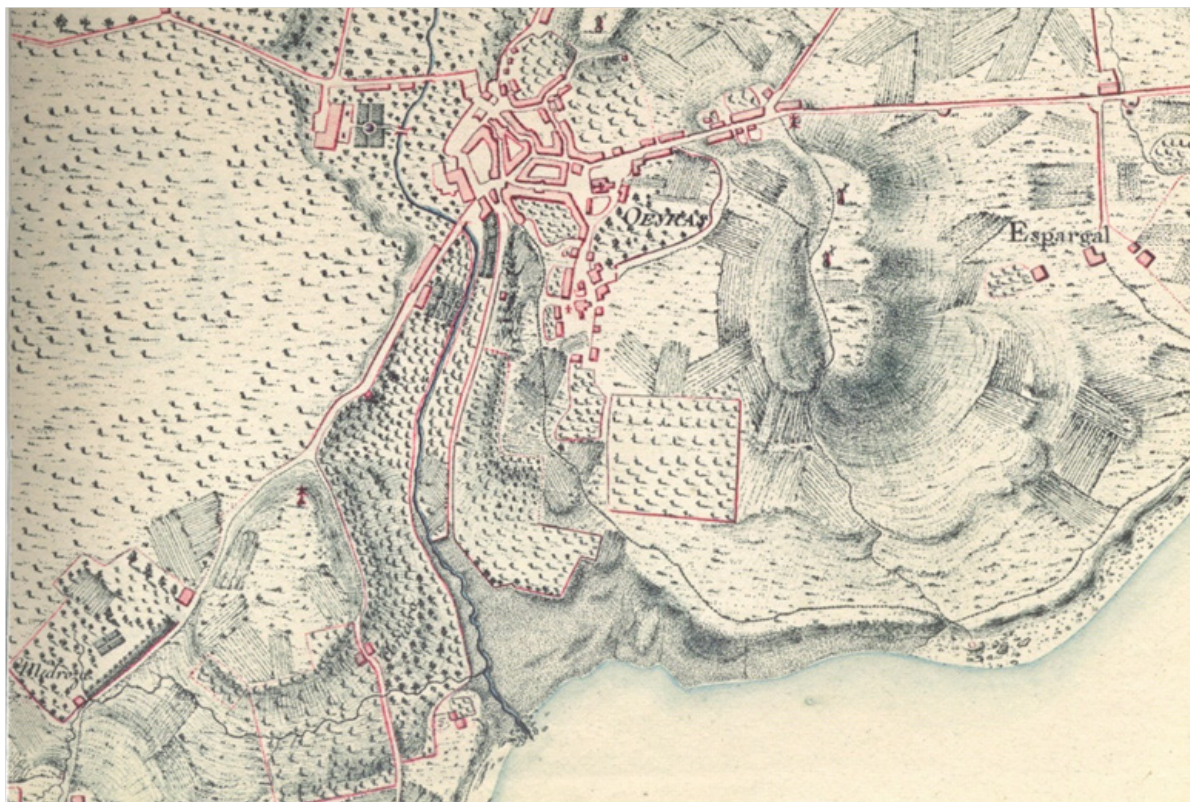


Fig. 24 | Carta Geografica do Reino - nº 14; 1800

1 “Nos séc. XVIII e XIX o território que melhor se conhecia a nível nacional, o que também explica ter sido escolhido para servir de ensaio ao primeiro levantamento topográfico e cadastral do país” (Zambujo, 2003, p.4).



Fig. 25 | Carta Topografica das Fortificações Provisórias; 1815



Fig. 26 | Planta do terreno compreendido entre Paço de Arcos e S. Julião da Barra; 1826

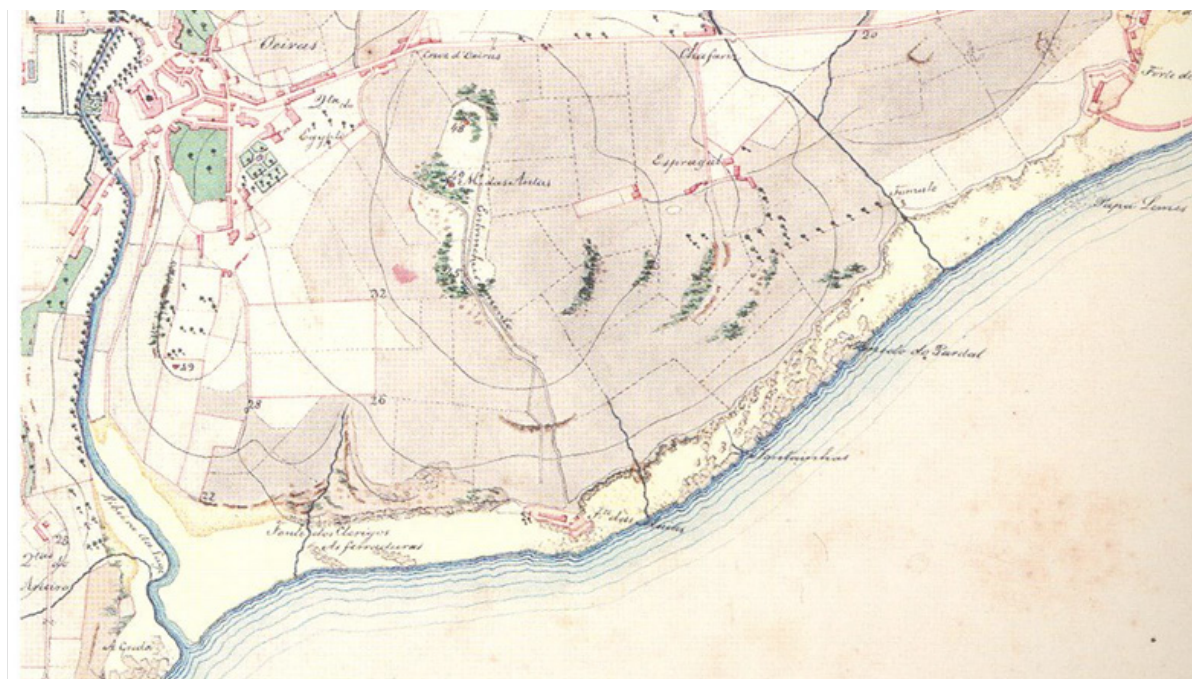


Fig. 27 | Carta dos Arredores de Lisboa; 1899

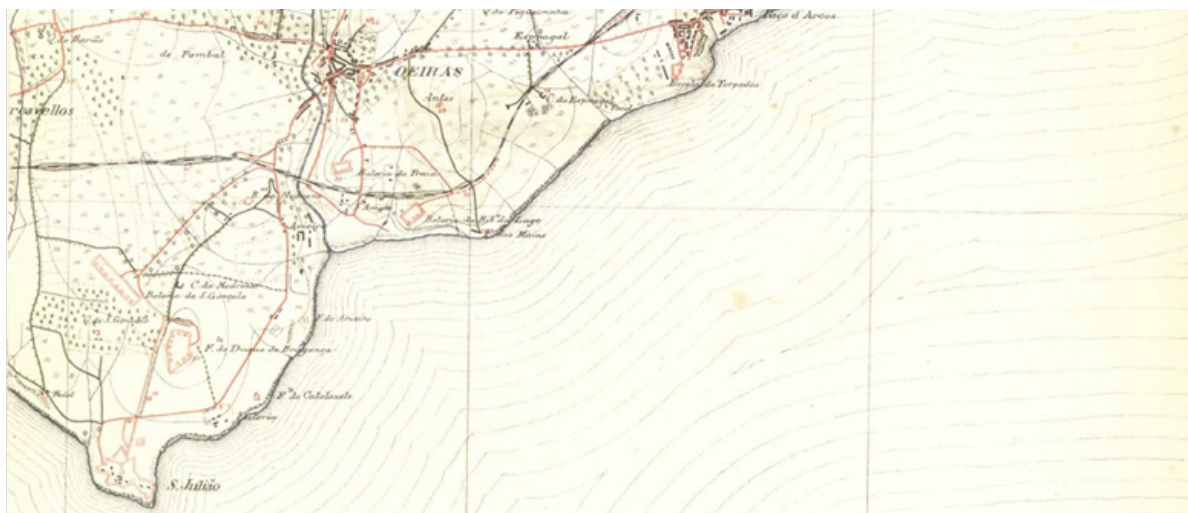


Fig. 28 | Carta dos Arredores de Lisboa; 1843-1846

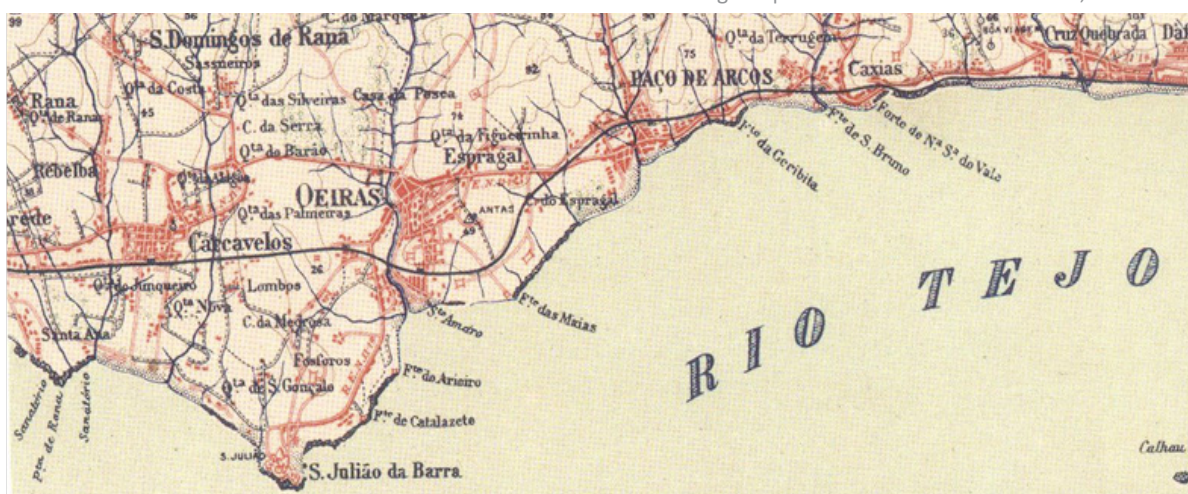


Fig. 29 | Carta Corográfica de Portugal; 1932



Fig. 30 | Plano Hidrogafo da Barra e do Porto de Lisboa; 1939



Fig. 31 | Vista aérea do Centro Histórico de Oeiras

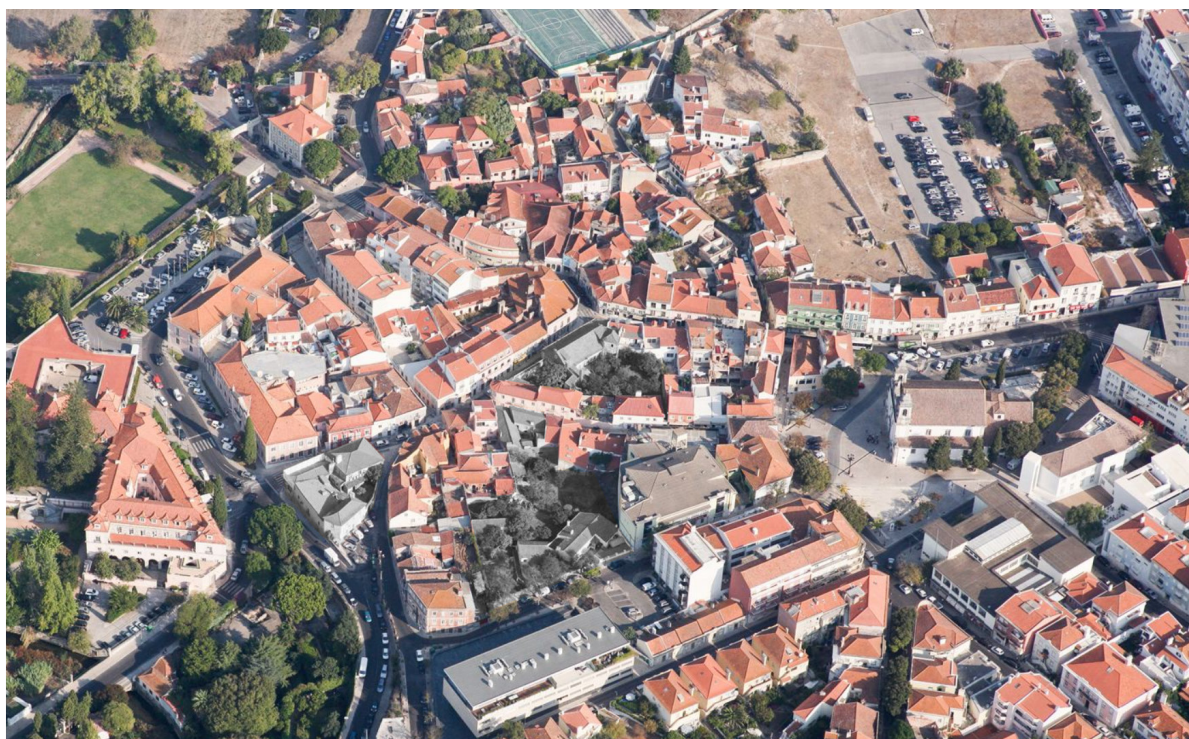


Fig. 32 | Vista "olho de pássaro" do núcleo histórico de Oeiras

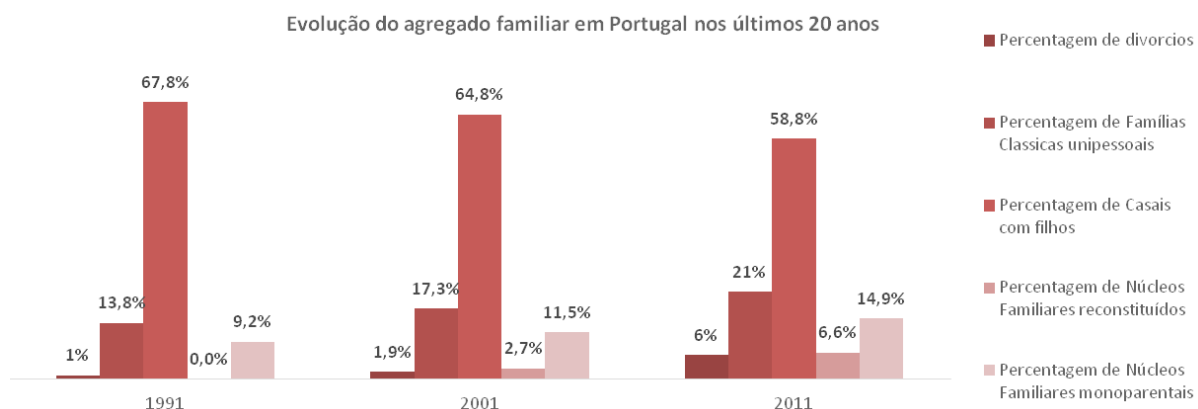


Fig. 33 | Gráfico - A Evolução do Agregado Família nos últimos 20 anos. Imagem de Autor.

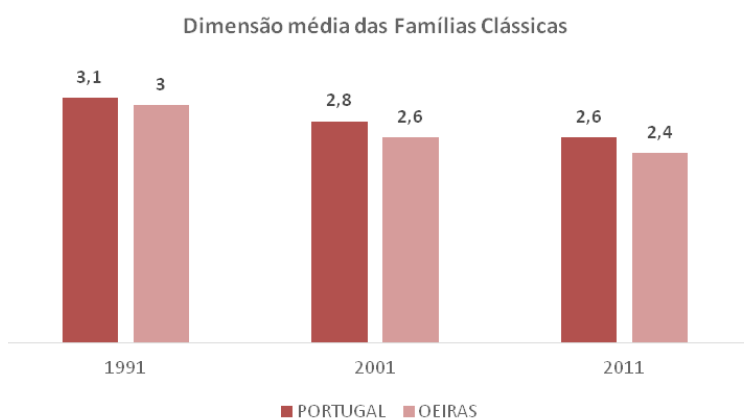


Fig. 34 | Gráfico - Dimensão média das Famílias Clássicas Portuguesas nos últimos 20 anos. Imagem de Autor.

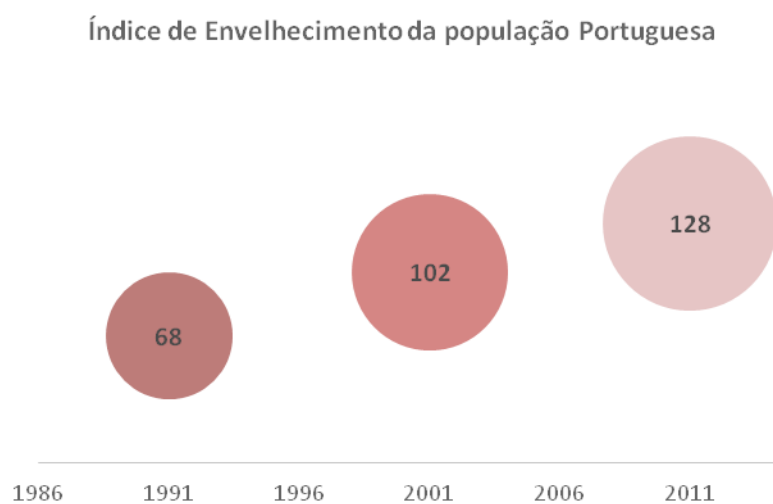


Fig. 35 | Gráfico - Índice de Envelhecimento da População Portuguesa nos Últimos 20 anos. Imagem de Autor

2.3. | ANÁLISE AO LOCAL DE INTERVENÇÃO

2.3.1. | A POPULAÇÃO RESIDENTE

Com o intuito de realizar um trabalho mais rigoroso, surgiu a necessidade de analisar os censos das últimas décadas e verificar que mudanças ocorreram nas famílias portuguesas, com especial foco no local de intervenção - Oeiras. A partir desta análise é possível verificar que não só a população está a envelhecer como as estruturas das famílias estão neste momento completamente diferentes do que era uma “família tradicional” há 20 anos atrás. Os gráficos aqui presentes foram realizados através dos censos de 1991, 2001 e 2011.

Podemos observar pelos últimos censos que o índice de envelhecimento de Portugal aumentou significativamente, de 68 para 102, e depois para 128, respectivamente em 1991, 2001 e 2011.

Os divórcios efectuados em 1991 representavam apenas 1% da população; em 2001, este número aumentou para 1,9%, e em 2011 até 6%.

As famílias clássicas diminuíram respectivamente de 3,1%, para 2,8% e em 2011 para 2,7%; e as famílias clássicas unipessoais (constituídas por um só elemento) em 1991 representavam 13,8%, em 2001 de 17,3% e em 2011 21,4%.

Núcleos familiares monoparentais em 1991 eram 9,2%, em 2001 11,5% e em 2011 14,9%; de casais com filhos em 1991 67,8%, em 2001 64,8% e em 2011 de 58,8%; e reconstituídos em 1991 nem se tinha em questão, 2,69% em 2001 e 6,55% em 2011.

A dimensão média da família clássica em 1991 era de 3, em 2001 de 2,6; na freguesia do núcleo histórico era 2,6 e 2,5 respectivamente. Em 2011 é 2,4.

No concelho de Oeiras, em específico, as famílias com uma só pessoa constituíam em 2001 21,6% das 61.714 famílias do concelho, e este facto prende-se com o envelhecimento da população.

Entre 2001 e 2011, o número de famílias clássicas aumentou 16% em Oeiras, para 71.584 famílias. Verificou-se uma diminuição da proporção de núcleos familiares de casais com filhos e um aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais.

Em resumo, aquilo que podemos observar pelas figuras apresentadas é que a constituição das famílias portuguesas já não é a típica família do séc. XX. Os valores que possivelmente melhor o ilustram são por exemplo a percentagem de famílias reconstituídas, que em 1991 nem era algo a ter em consideração pelo INE, o número de famílias monoparentais e divórcios que vai aumentando e a dimensão média da família clássica que vai diminuindo. Deste modo, parece pertinente, inserir no centro histórico, habitação que atraia uma população mais jovem, desde estudantes a jovens casais. Este rejuvenescimento populacional irá permitir uma maior dinâmica.



Fig. 36 | Levantamento do estado de conservação dos edifícios no núcleo Histórico. Imagem de autor.

■ Muito Mau estado ■ Mau estado



Fig. 37 | Levantamento de edifícios e locais pertinentes para o projecto. Imagem de autor

2.3.2. | O EDIFICADO

A análise ao local foi feita com base nos temas de investigação anteriormente desenvolvidos. Foi elaborada de forma a assinalar quais os edifícios que deveriam ser reabilitados bem como os espaços vazios que poderiam ser palco desta proposta. O núcleo do centro histórico de Oeiras tem aproximadamente 18.47 km², com cerca de 351 edifícios em que 151 são anteriores a 1945. Estes correspondem maioritariamente a edifícios de habitação colectiva que vão desde 1 a 4 andares. Muitos destes edifícios encontram-se em mau estado de conservação e alguns estão mesmo num estado devoluto.

Na primeira imagem à esquerda é possível observar o levantamento feito do estado dos edifícios no núcleo histórico. Limitados a vermelho estão os vazios existentes como hipótese de trabalho no âmbito deste projecto, como já foi referido.

A figura 37 é referente a edifícios que provêm do levantamento anterior, que são tidos como hipótese de trabalho por terem uma constituição que está de encontro aos parâmetros que se procuram neste projecto. Como o objectivo é de revitalizar e reabilitar o núcleo histórico através da habitação colectiva relacionada com o pátio, têm-se em consideração aqui os conjuntos habitacionais que têm a si acoplado um pátio (ou vazio). Bem como os vazios que podem possivelmente fazer parte do projecto para a construção nova. Cruzando a análise do estado do edificado com uma análise de “cheios e vazios”, concluímos quais os locais pertinentes para as intervenções deste projecto.



Fig. 38 | Conjunto de Habitação Colectiva R. Cândido dos Reis, nº176. Imagem de autor.

Nº 176	109,46
176 A	47,61 x 2 (pisos) = 95,22 m ²
176 B	34,55 x 2 (pisos) = 69,1 m ²
176 C	21,53 x 2 (pisos) = 43,06 m ²
Área de implantação = 312,85 m ²	



Fig. 39 | Conjunto de Habitações R. Cândido dos Reis, nº6 e 99. Imagem de autor.

Nº 6	170 x 2 (pisos) = 340 m ²
99	217,5 x 2 (pisos) = 434 m ²
Área de implantação = 670 m ²	



Fig. 40 | Conjunto de Habitações Marquês de Pombal, nº2, 4, 6 e 21. Imagem de autor.

Nº 2	151 x 2 (pisos) = 302 m ²
4	171,63 x 2 (pisos) = 343,26 m ²
6	76,9 x 2 (pisos) = 153,8 m ²
21	71 x 2 (pisos) = 142 m ²
Área implantação = 584,04 m ²	

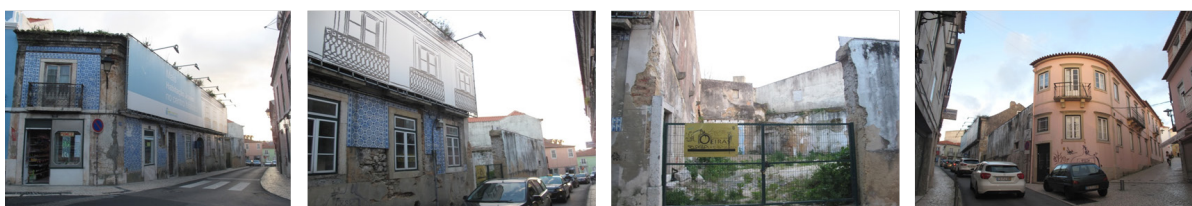


Fig. 41 | Edifício R. Marquês de Pombal, nº3, 5 e 7. Imagem de autor.

Nº 3	213,47 x 2 (pisos) = 426,94 m ²
Área de implantação = 937,16 m ²	



Fig. 42 | Rua Mestre Aviz, nº24. Imagem de autor.

Nº 24	Área implantação = 1209,5 m ²
-------	--

Verificamos assim que há quatro conjuntos que são pertinentes. Dois encontram-se na Rua Marquês de Pombal e dois encontram-se na Rua Cândido dos Reis.

1. (Figura 38)

O primeiro a ser analisado, na Rua Cândido dos Reis, diz respeito aos números 176 A, B e C. Estes já foram alvo de intervenção por parte da Câmara Municipal e Oeiras, e por essa razão não foram escolhidos para a continuação do projecto.

2. (Figura 39)

O outro conjunto, da Rua Cândido dos Reis, corresponde aos números 9 e 11. Por se tratar de um edifício privado, e não pertencer à Câmara Municipal e Oeiras, não foi possível aceder-lhe, pelo que foi assim excluído.

3. (Figura 40)

As edificações tidas como mais pertinentes para esta intervenção situam-se na Rua Marquês de Pombal. Um destes é um conjunto habitacional constituído pelos nº 2, 4, 6, 21. Este, pelas suas dimensões, bem como a existência de um pátio colectivo situado no centro destas habitações, interligando-as, revelou-se muito interessante para este projecto, sendo o objectivo reabilitá-lo.

4. (Figura 41)

O segundo edificado a ser reabilitado trata-se de um edifício na Rua Marquês de Pombal, o número 3; este está associado a um espaço vazio que faz o atravessamento do quarteirão até a Rua Febus Moniz, e ao seu lado encontra-se um lote vazio, virado para a Rua Marquês de Pombal. A sua fachada está revestida a azulejo. Todas estas características fizeram com que este edifício fosse assim seleccionado para o desenvolvimento do projecto.

5. (Figura 42)

Como já foi referido anteriormente, pretende-se também que esta revitalização se estabeleça através da projecção de um conjunto habitacional colectivo construído de raiz. Para isso seria necessário avaliar quais os lotes vazios no núcleo histórico bem como as suas potencialidades.

O espaço vazio seleccionado para ser o local do projecto de construção nova foi o lote localizado na Rua Mestre Aviz. Este seria pertinente pois pela sua localização atravessa o quarteirão, tendo de um lado uma frente de rua totalmente desocupada (na Rua Mestre Aviz) e do outro (Rua Febuz Moniz) uma casa à qual pertence este lote que se pretende reabilitar, integrando-a no conjunto habitacional.



Fig. 43 | Vista “olho de pássaro” do núcleo histórico de Oeiras com destaque dos locais de intervenção do projecto
Imagem de autor

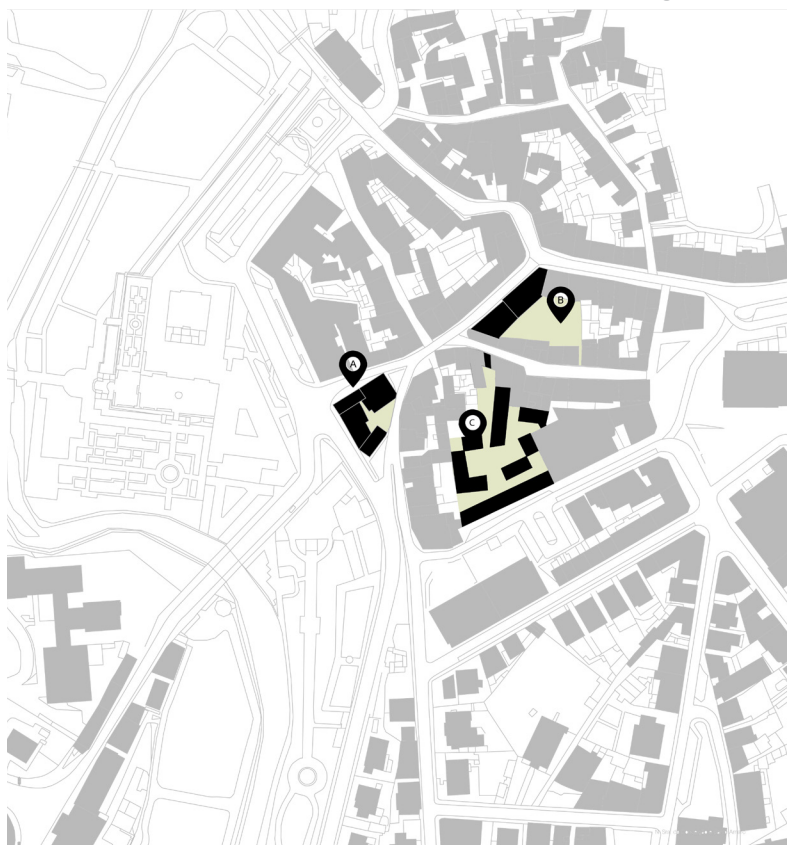


Fig. 44 | Planta de implantação do projecto. Imagem de autor.

3 | PROPOSTA

UM PROJECTO, TRÊS INTERVENÇÕES

A partir das imagens à esquerda é possível observar onde se localizam os três locais e objectos de intervenção do projecto.

O programa que se pretende implementar no presente projecto final de mestrado tem como principal uso habitação colectiva adaptável para jovens. Esta proposta é composta na verdade por três intervenções distintas que têm como base os mesmos princípios teóricos, já referidos anteriormente, mas em certos aspectos, por terem também pontos de partida diversos, desenvolvem-se de formas diferentes. Uma primeira assenta na reabilitação de um conjunto habitacional de quatro **“Casinhas”** (Rua Marquês de Pombal) que têm ligação a um pátio; uma segunda que consiste na construção nova de uma **“Vila”** (Rua Febus Moniz), um conjunto de habitação colectiva num lote vazio que faz o atravessamento do quarteirão; e, por último a reabilitação e ampliação do edifício nº 5 da Rua Marquês de Pombal, que tem como programa proposto um **“Hostel”** (Rua Marquês de Pombal) e um jardim que faz o atravessamento do quarteirão.

Por ter como objectivo base a activação do centro histórico da vila através de habitação, pois este, neste momento, encontra-se um pouco ao abandono desse uso em específico, levando a que grande parte do edificado esteja em mau estado, ou mesmo num estado devoluto, faz sentido que se pense na “forma de habitar” dum modo alternativo e adaptado aos jovens, pois são eles que habitando e criando raízes num espaço no presente podem dar-lhe um futuro. Assim sendo, os fogos devem ser moldados às inúmeras vivências de habitação de hoje em dia, uma vez que as famílias e as relações entre aqueles que habitam são hoje muito diversas. Neste caso “moldar” a habitação aos dias de hoje é estar o menos formatado possível a qualquer “forma de habitar” específica, surgindo assim a habitação flexível adaptável. Pretende-se também que o “habitar” seja colectivo pois acredita-se que, como disse Manuel Graça Dias, “A habitação colectiva é a única que faz sentido porque é a única que nos torna cidadãos obrigados à gestão da(s) coisa(s) comum(s)” (Dias, 2002, p.3). Hertzberger reforça: *“If however individualism comprehends only part of making, so collectivism only comprehends making as a whole of a man, or man as a whole. Individualism perceives man only in his self-orientation, but collectivism does not perceive man at all, it relates only to society”* (Hertzberger, 2005, p.13).

Com o uso do pátio, num “jogo” entre cheios e vazios, pretende-se que “Através dos lugares [se registre] uma ilusão no confronto positivo/negativo, construção encerrada e vazio dirigindo a construção do espaço” (Gordon, 2013, p. 37). A vivência que se pretende alcançar nestes pátios tem como referência as relações experienciadas nas vilas e pátios de Lisboa, lugar de forte cariz social e de bem-estar, como uma rua secundária, como refere a socióloga Jane Jacobs: “As ruas e os seus passeios, o principal lugar público da cidade, são os seus órgãos vitais. Pense numa cidade o que aparece na sua memória? As suas ruas. Se estas parecem interessantes a cidade parece interessante” (Jacobs, 2003, p.4).

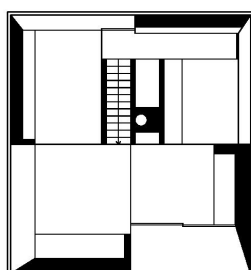
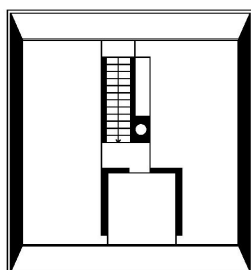


Fig. 45 | Casa de férias em Furx; Marte.Marte Architekten; Furx, Áustria

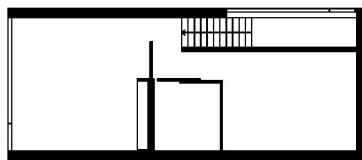
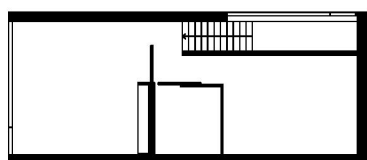


Fig. 46 | Casa pequena, Buart Architekten; móvel

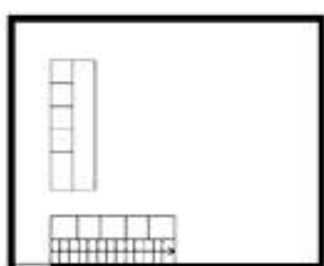
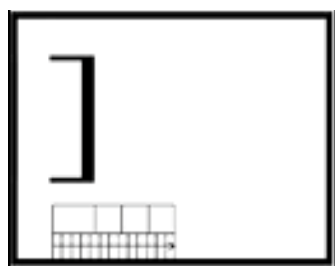


Fig. 47 | Casa Dodds; Engelen Moore; Surry Hills, Austrália

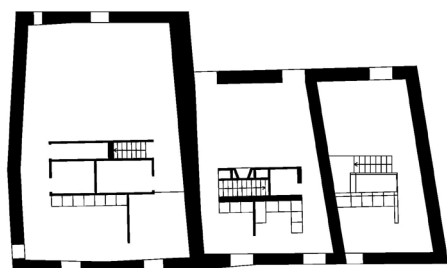


Fig. 48 | Reabilitação de um conjunto urbano; Bernardo Pizarro Miranda; Castelo Branco, Portugal

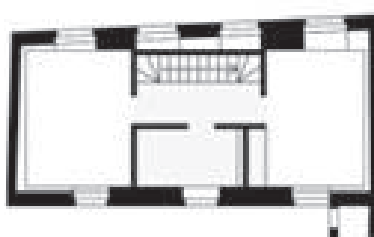
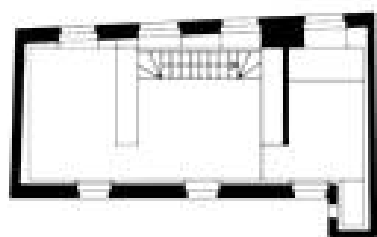


Fig. 49 | Reabilitação Casa monte dos Judeus; Amélia Brandão Costa, Rodrigo Costa Lima; Porto, Portugal

3.1. | O PROJECTO

No caso deste projecto final de mestrado, a habitação colectiva aqui projectada – tanto na intervenção que diz respeito à reabilitação como a construção nova - pretende adoptar uma flexibilidade, planeando interiores com poucas compartimentações e as que existem serem ambíguas, uma circulação constante, utilizar armários para fazer as divisões existentes (de forma a criar arrumação) e assim tentar criar mais espaço livre, pois as casas reabilitadas ou projectadas têm dimensões muito pequenas.

Para as soluções projectuais alcançadas é ainda importante referir algo que se prende com outro tema, que é a relação com o pátio. Esta também aumenta a flexibilidade das casas pois faz com que algumas tenham entradas de dois sítios distintos - podendo ter em cada um mais do que uma só porta.

Como já foi referido, as casas reabilitadas/projectadas têm dimensões muito pequenas e por isso pensou-se numa “não compartimentação” do espaço de forma a que este não parecesse tão pequeno. Para isso foi pensado a criação de um “motor”, este trata-se de núcleo optimizado, onde estão centralizadas todas as funcionalidades, infraestruturas e tecnologias necessárias para o bom funcionamento de uma habitação unifamiliar. Esta solução pareceu ser pertinente no caso específico dos fogos exclusivamente reabilitados pois pode ser vista como um núcleo “standard”, podendo ser replicado em qualquer reabilitação em casas que sejam estruturalmente e de dimensões semelhantes a esta. Uma característica importante deste “motor”, que se prende com as reduzidas dimensões das casas e as suas formas não regulares, é a posição deste no centro da habitação, deixando que os habitantes percorram a casa em seu redor.

Quando surgiu a ideia de projectar o núcleo funcional/estrutural houve uma preocupação em investigar habitações, tanto novas como reabilitadas, que tivessem adoptado soluções semelhantes.

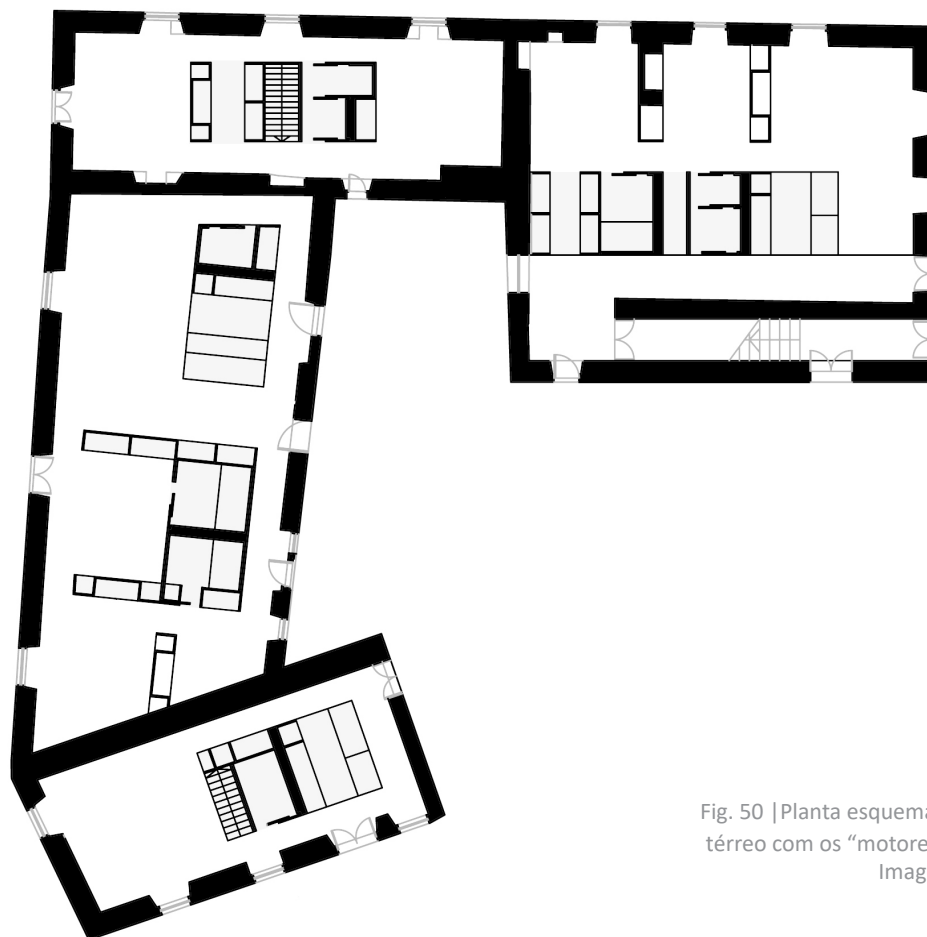


Fig. 50 | Planta esquemática do piso térreo com os "motores" dos fogos
Imagem de autor



Fig. 51 | Cortes transversais de uma das "casinhas"
Imagem de autor

3.1.1. | CASINHAS

As **Casinhas** a **reabilitar** (referentes à primeira intervenção deste projecto), na Rua Marquês de Pombal, são 4 edifícios com 5 fogos.

Há três fogos de apenas um piso e por isso mais extensos, dois no piso térreo e um no piso a cima. Nestes casos, em vez de haver apenas um “motor” que organiza o espaço, há dois posicionados ao lado um do outro com funções semelhantes mas distintas. Ou seja, acabam por organizar o espaço e apesar de haver uma certa ambiguidade nas divisões do fogo, este não é totalmente ambíguo pois, por exemplo, o espaço de refeição e de dormir estão ambos bastante definidos e isso acaba por definir obrigatoriamente uma dimensão íntima e outra colectiva, ou ainda áreas de serviço e servidas, como é o caso das cozinhas e casas de banho e tudo o resto.

No que toca às zonas de serviço em si, procurou-se que elas próprias também pudessem ser o mais flexível possível. No caso da cozinha, esta é totalmente aberta, podendo aceder-se de qualquer lado, e tem uma ilha central que pretende fundir as acções de confecção, reunião e o acto de comer em si no mesmo espaço. As casas de banho não só têm mais do que uma entrada possível, como foram autonomizadas as suas funções, de forma a poderem ser utilizadas por várias pessoas ao mesmo tempo.

Quanto à lavandaria, esta foi também tida em consideração, pois apesar de normalmente não lhe ser dada grande importância, é algo que ocupa e condiciona muito o espaço. Estas estão incorporadas no núcleo central, num armário com portas fechadas, mas (originalmente) não fazem parte da cozinha em si, pertencem à zona de circulação, criando uma “subzona” sua, também a pensar que é algo a ser usado por todos os habitantes. Quanto à zona de secagem da roupa, esta é suposto ser feita no pátio.

Quando as habitações têm dois pisos, o núcleo é repetido no geral no piso a cima, mas, como já foi referido, sendo que em baixo se encontra a cozinha e por isso a zona colectiva e de reunião, ou seja, os espaços de jantar e estar, em cima serão os espaços de dormir e por isso apenas as casas de banho e os armários constituem o núcleo. Nestes casos é ainda necessário referir que as escadas estão enquadradas no “motor”; estas encontram-se centrais em relação ao fogo, sensivelmente no local onde estavam originalmente. É importante referir que os seus espelho e cobertor não têm uma medida muito confortável, tendo apenas as dimensões possíveis para o pequeno tamanho das casas.

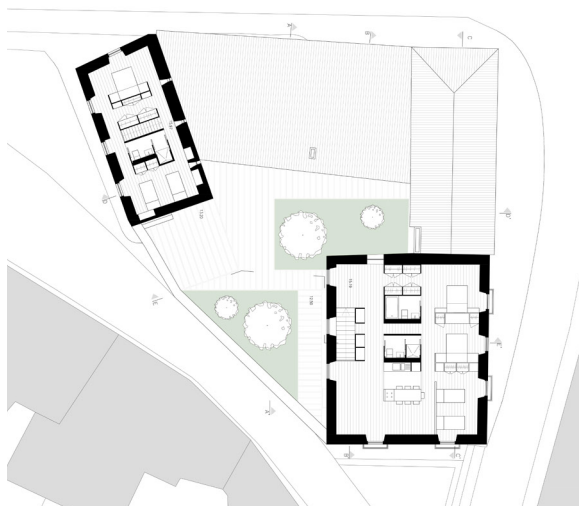


Fig. 52 | Planta à cota 16,5
Imagem de autor.

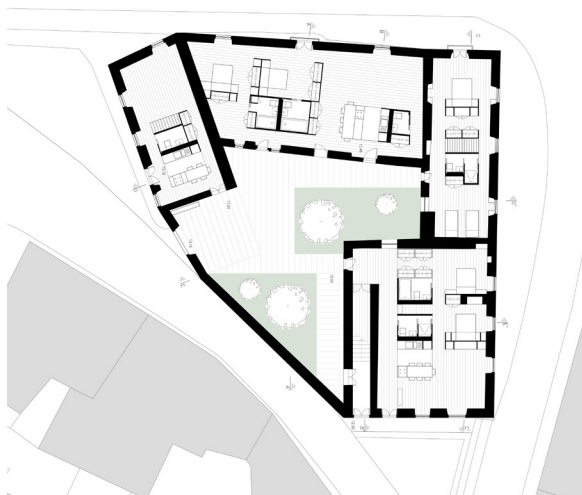


Fig. 53 | Planta à cota 14,5
Imagem de autor.



Fig. 54 | Axonometria doe um exemplo do “motor”
Imagem de Autor

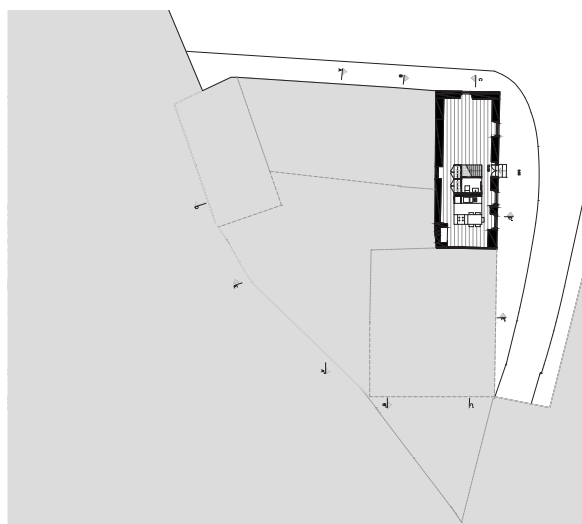


Fig. 55 | Planta à cota 12,5
Imagem de autor.

Todos os fogos têm pelo menos uma entrada através do pátio, fazendo deste um espaço central e de uso diário. Três dos fogos têm uma segunda entrada pela rua, o quarto fogo tem várias entradas para o pátio e o quinto tem apenas uma, pois encontra-se no piso superior. O facto de haver na maioria dos fogos várias entradas faz com que a flexibilidade da casa aumente, bem como a autonomia de certos espaços ou pisos desta. É importante referir que se espera que este pátio não seja um mero local de passagem para cada fogo, mas sim um local de reunião e partilha entre todos os residentes deste conjunto habitacional. A dimensão do pátio é muito importante para este conjunto de fogos. Para esta intervenção foi importante a referência de anteriores projectos de reabilitação em vilas ou ilhas, como é o caso do projecto “Renovação de uma ilha” no Porto, de Pedro Mendes, em 2001, onde *“La organización interior de los espacios mínimos del habitar, articulados mediante patios y plazas que deben responder a las necesidades de sus ocupantes.”* (Mendes, 2001, p.90).

O acesso ao pátio pode ser feito através dos fogos e de um portão central que tem como objectivo ser usado por todos os que aqui habitam. Este está integrado num muro, que limita parte do pátio. Por consistir num elemento de bastante destaque na rua e consecutivamente no núcleo histórico, projecta-se também a sua reabilitação.

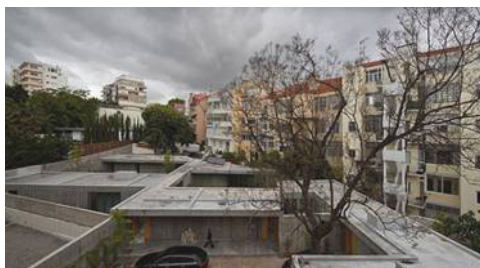


Fig. 56 | Duas casas em Santa Isabel,
Bak gordon - Vista superior do
projecto



Fig. 57 | Duas casas em Santa Isabel,
Bak gordon - O interior do quarteirão



Fig. 58 | Duas casas em Santa Isabel,
Bak gordon - Planta



Fig. 59 | Planta à cota 18
Imagem de autor.

3.1.2. | VILA

O conceito de pátio é também importante para a intervenção “Vila” da Rua Mestre Aviz que consiste na construção nova de um conjunto habitacional. Esta compõe-se por um conjunto habitacional de 10 fogos triplex e um edifício, de dois pisos, que pode ser usufruído por qualquer residente do complexo.

O terreno em que esta se encontra implantada atravessa o quarteirão entre a Rua Febus Moniz e a Rua Mestre Aviz, resolvendo na sua extensão um declive de cinco metros. Fazendo o atravessamento do quarteirão este conjunto habitacional tem assim duas frentes de rua (e duas entradas possíveis), uma primeira onde se encontra uma casa antiga que visa ser reabilitada e uma segunda – a principal, na rua Mestre Aviz - com uma nova frente de rua.

Como ponto de partida para esta intervenção em específico foi importante ter como referência o projecto de Ricardo Bak Gordon “Duas Casas em Santa Isabel” em Lisboa, como conceito, pois também esse projecto pretende dar um novo significado aos “lugares em Lisboa. Mais ou menos antigos, mais profundos ou mais abertos ao céu, mas sempre fortemente impenetráveis. Esta outra cidade, tantas vezes abandonada e insalubre, pode ser resgatada, dando lugar a uma outra rede de lugares, espécie de sobreposição de malhas capaz de construir uma regeneração no tecido da cidade” (Gordon, 2013, p.37).

Na Rua Mestre Aviz está situado o Auditório Eunice Muñoz que é um edifício que representa para o centro histórico grande relevância. Ao seu lado e no terreno onde esta intervenção é proposta, existem duas habitações em condições precárias e mal enquadradas urbanisticamente, pois estão situadas a uma cota inferior à da rua (estão rebaixadas). Para além disso, estão ao lado do auditório, que é um edifício com uma altura aproximada de dez metros, e por isso a sua localização ainda lhes é menos favorável. Por estas razões, foi considerado que teria mais interesse para este exercício académico que elas fossem demolidas, de forma a ter assim um lote maior; e o facto de poder projectar uma frente de rua até ao Auditório foi encarado como favorável para a Vila de Oeiras.

Na Rua Febus Moniz existe um edifício, uma pequena casa, à qual pertence este terreno. Como só era possível ter conhecimento de parte do seu piso térreo, onde se encontra um estabelecimento de comércio, apenas este espaço foi tido em consideração neste projecto. Este piso térreo é então integrado na proposta como uma das entradas para o complexo habitacional, funcionando também como espaço transição entre o público (rua) e o semiprivado (pátio). O espaço em questão está pensado para ser exterior no sentido em que o que o limita são duas paredes e dois portões, também o pavimento da rua – calçada portuguesa – é prolongada para dentro deste espaço, de forma a realçar a transição que é aqui pretendida. É o local onde se encontram as caixas de correio, o que faz com que esta ideia de momento de entrada, transição, com carácter de rua, se acentue ainda mais.



Fig. 60 | Corte Longitudinal AA' - As
duas entradas
Imagem de Autor

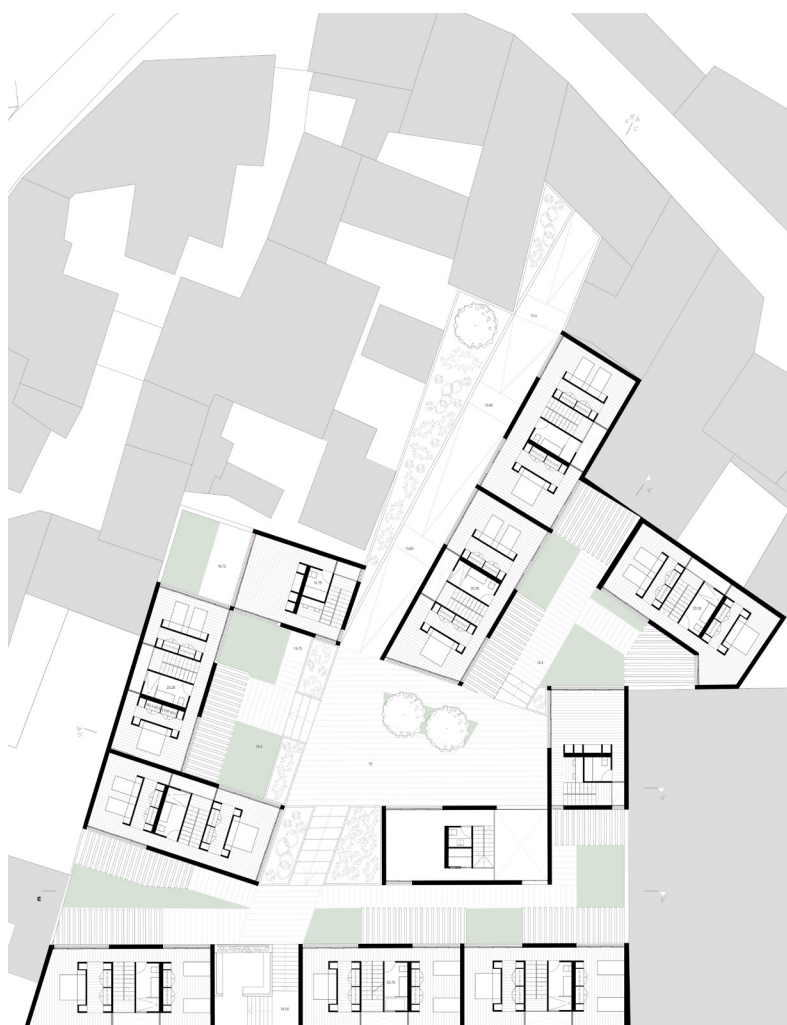


Fig. 61 | Planta à cota 21
Imagem de autor.

Esta intervenção tem duas entradas, uma pela rua Febuz Moniz à cota 15 e outra pela rua Mestre Aziz à cota 20, ou seja, desde uma até à outra existe o tal declive de cinco metros. Este factor foi decisivo para parte da resolução do projecto, pois as habitações projectadas estão a diferentes cotas, criando vários patamares, que concebem assim diferentes espaços – pequenos pátios e jardins - entre as várias habitações.

A entrada pela cota 20 dá-se por um pórtico, onde acedemos a um “miradouro”. Este é também um local de transição, com um banco onde é possível simplesmente parar e observar a “Vila” em toda a sua extensão. Através deste descem-se umas escadas até à cota 17 de onde se pode aceder a cinco fogos; depois deste patamar existem mais duas diferentes cotas neste conjunto habitacional, dois pátios à cota 16,5 onde se encontram as entradas para quatro habitações (duas em cada pátio), e na cota 16 existe também um pátio, de onde se pode aceder ao edifício comunitário. No lugar apercebemo-nos que não há apenas um pátio que regula a arquitectura, mas sim uma sucessão deles que vão sendo a ligação ou a divisão dos vários espaços percorridos. É conseguida assim a constante sensação de descoberta ao longo do percorrer do lote. Também para esta sucessão e hierarquização de pátios se teve como referência o projecto de Bak Gordon: “Um primeiro pátio, mais público, acolhe e distribui entre duas casas. (...) Caminhamos entre pátios e jardins; uns mais contemplativos, outros maiores e de utilização efectiva, árvores que aqui irão crescer, projectando a escala à razão do tempo”(Gordon, 2013, p.28).

Quanto ao edifício comunitário, como é um espaço comum, espera-se que seja movimentado; pensa-se que será onde vários residentes irão por vezes permanecer e reunir (o objectivo da sua existência é esse mesmo), não só no edifício em si como no espaço adjacente a este (o pátio central). Por esta razão, decidiu-se que este seria o único implantado na cota 16. Deste modo os fogos encontram-se noutras cotas, com o objectivo de resguardar os residentes da vila, para que estes tenham a maior privacidade possível. Todos os seus espaços são assim comunitários e pensados para possíveis actividades em conjunto dos habitantes, utilizando a mesma leitura feita nas habitações: tem um “motor” central, que contém no piso térreo uma cozinha, instalação sanitária, arrumo que separa o espaço de confecção do espaço de estar, este com pé direito duplo; no piso superior o “motor” volta a existir, duplicando apenas a instalação sanitária e o arrumo; tem ainda um espaço polivalente, o qual está pensado para ser utilizado por todos os habitantes, para aulas de desporto, festas, como sala para futuros bebés, por exemplo.

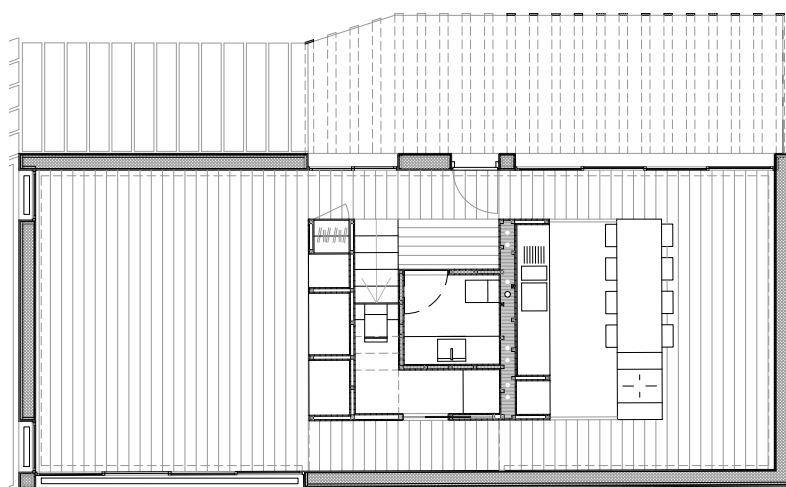


Fig. 62 | Planta com detalhe do piso térreo do fogo. Imagem de autor.

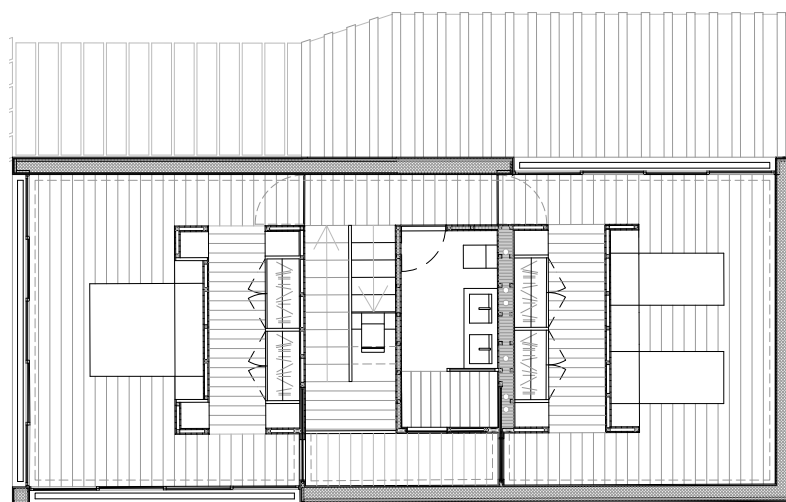


Fig. 63 | Planta com detalhe do primeiro piso do fogo. Imagem de autor.



Fig. 64 | Planta com detalhe do Segundo piso do fogo. Imagem de autor.

As habitações estão implantadas 15cm acima da cota do seu pátio de acesso de forma a criar um pequeno plateau de entrada que é também um local de paragem, de estar ou de reunião, que por ter uma estrutura de ripado de madeira vertical a seu redor, pretende dar alguma privacidade, ou sensação de protecção, entre os vários residentes e criar mais uma transição entre o pátio comum-plateau de entrada/pátio privado – casa. Este espaço pretende pertencer ao fogo, como uma extensão deste, sem estar no seu interior. Ao caminhar até chegar à sua habitação, o residente percorre os caminhos desenhados no chão, feitos de lajetas de betão, que, por serem intercalados com uma ranhura, tanto se vão misturando com os espaços verdes que atravessam, como desaparecem (se mascaram/escondem), por baixo do ripado do plateau de cada habitação.

Os fogos têm como conceito o mesmo dos anteriores fogos projectados para reabilitação, através da utilização de um “motor” central. Este contém as mesmas funções mas, neste caso, como pertence aqui a uma construção de raiz, tem já dimensões mais generosas e aceitáveis – as escadas aqui projectadas já são de acordo com o RGEU. Como se tratam de fogos triplex, o “motor” é replicado três vezes, uma em cada piso. No piso térreo, este separa a zona de confecção da comida da zona de estar; contém um balcão de cozinha, uma instalação sanitária e arrumos (tirando partido do espaço de baixo das escadas). No piso 1, separando dois espaços de dormir, é composto por uma instalação sanitária completa e armários que fazem parte dos closets. O piso superior é composto por uma parte mais pequena do motor, onde existem apenas as escadas, uma instalação sanitária completa e um arrumo, um espaço que pode tanto ser mais um espaço de dormir como de reunião, e um terraço. Por vezes esta sala tem um carácter mais privado, tendo a instalação sanitária do seu lado, ou um carácter mais público, quando o oposto acontece e as escadas dão para o mesmo espaço. Esta situação varia com a posição em que o motor está colocado no fogo – se no piso térreo o espaço de confecção se encontra à esquerda da entrada e por isso as escadas estão à sua direita, ou vice-versa. Existem duas habitações que têm praticamente metade do espaço das outras, ou seja, são compostas apenas pelo motor e um espaço adjacente em cada o piso, o que faz com que no último piso exista um espaço de dormir e não uma sala de carácter ambíguo e um pátio como nas restantes – neste caso, os seus plateaus no piso térreo são de dimensões mais generosas e mais reservados (sendo longe dos outros, ou mesmo escondidos).

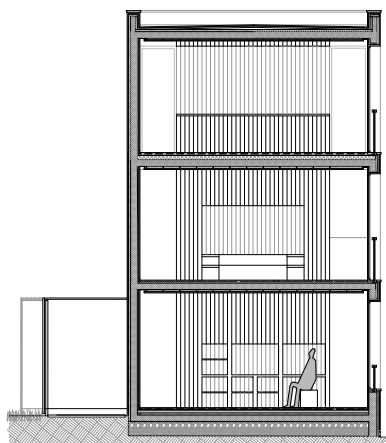


Fig. 65 | Corte transversal com detalhe do fogo. Imagem de autor.

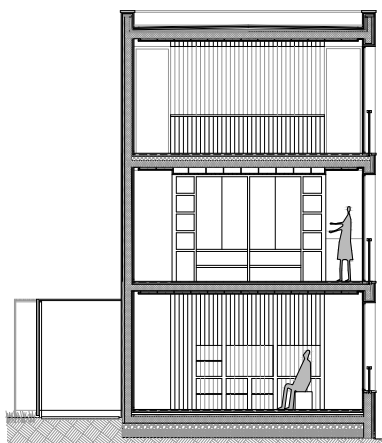


Fig. 66 | Corte transversal com detalhe do fogo. Imagem de autor.

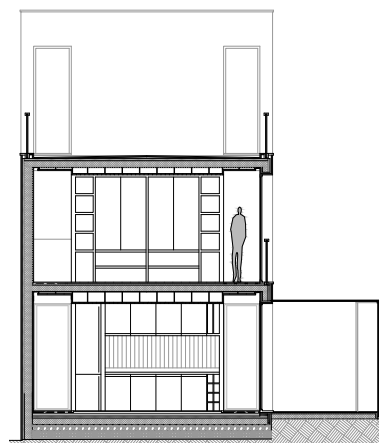


Fig. 67 | Corte transversal com detalhe do fogo. Imagem de autor.

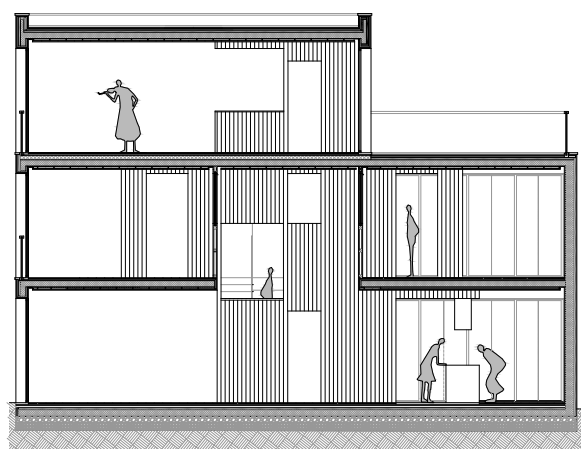


Fig. 68 | Corte longitudinal com detalhe do fogo. Imagem de autor.

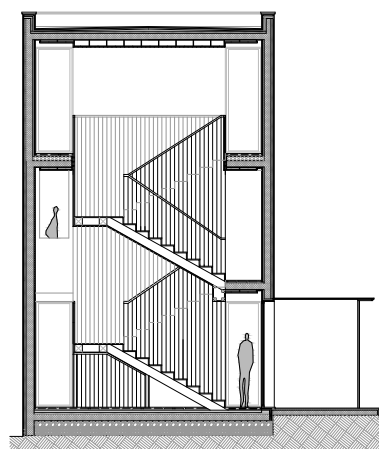


Fig. 69 | Corte transversal com detalhe do fogo. Imagem de autor.

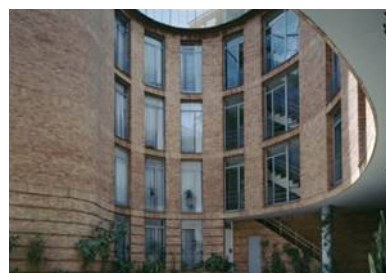


Fig. 70 | Vista do pátio do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz

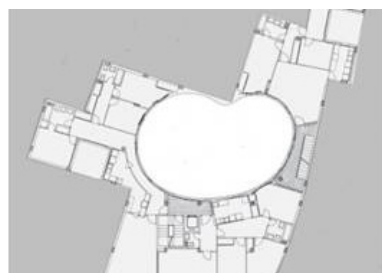


Fig. 71 | Vista aérea do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz



Fig. 72 | Planta do projecto "Rim" de Cruz y Ortiz

A forma como este “motor” se encontra organizado está pensada ao pormenor, fazendo com que o espaço de entrada e de transição para o resto da casa seja também aqui contemplado. Ao entrar na casa encontramos um espaço, como uma bolsa no “motor”, resguardada pelo pé direito mais baixo que se encontra em todo ele; este é alcançado através de um tecto falso que faz com que nos sintamos dentro do “motor”, mesmo que não existam paredes a limitá-lo. A partição material dos fogos deste conjunto habitacional corresponde à partição funcional da casa. Este núcleo central existe como algo que paira dentro da habitação ao qual estão acoplados espaços diversos que são depois limitados/vestidos por uma “pele” de betão, onde se abrem vãos em sítios diferentes de cada fogo. Este facto prende-se com a localização de cada um e a respectiva envolvente. Em todo o fogo existe tecto falso rebaixado de 5 a 10 cm - na zona do motor de 10 a 20 cm para cumprir a intenção já descrita anteriormente - este nunca toca nas paredes da casa, para enfatizar a ideia de “pele” que a reveste, criando assim uma alheta de 10 cm entre o tecto e as paredes exteriores. Nos sítios onde existe vão, e por isso é necessário um sistema de sombreamento, “caem” destas umas cortinas de três folhas cinzentas claras.

A principal materialidade de todas as habitações – tanto de construção nova como reabilitação é a madeira de castanho, pois esta não só compõe como estrutura todo o núcleo central, e reveste o chão na sua totalidade, tendo, na vertical, régua com 10cm de largura e, no pavimento, régua com 20cm de largura. Quanto ao betão que constrói as paredes exteriores, este é revestido a reboco branco. Os caixilhos são de alumínio cinzento escuro e a guarda é de vidro, com a intenção de destacar a expressividade dos vãos, com uma peça de madeira sobre si, para agradar ao toque.

As habitações surgem implantadas no interior do quarteirão numa tentativa de “cidade árabe” orgânica. Como referência para o(s) pátio(s) irregular(es) que aqui se projectou, bem como a distribuição a partir deste(s) para as habitações, o projecto *“Viviendas en la calle María Coronel”* em Sevilha, dos arquitectos Cruz e Ortiz, executado em 1976, vulgarmente conhecido como “Rim”, pelo facto do pátio em questão ter essa forma. Tentou-se criar as melhores condições possíveis de iluminação, privacidade e organização de espaço possível no interior do quarteirão, como acontece no projecto de referência: *“optamos por una forma absolutamente unitaria, absolutamente convencida de su unidad, donde los ‘vecinos’ quedan ocultos, a veces sólo por un muro de veinticinco centímetros, pero completamente ocultos”* (Cruz e Ortiz, 2000, p.18).



Fig. 73 | Vista da entrada. Imagem de autor



Fig. 75 | Vista do pátio cota 17. Imagem de autor



Fig. 77 | Vista do pátio cota 16,5. Imagem de autor



Fig. 79 | Vista do pátio cota 17. Imagem de autor



Fig. 81 | Vista da zona de confecção. Imagem de autor

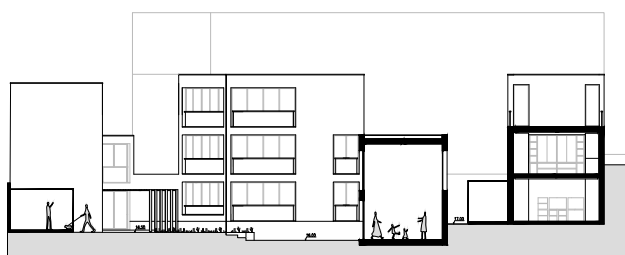


Fig. 74 | Corte transversal BB' da Vila. Imagem de autor.

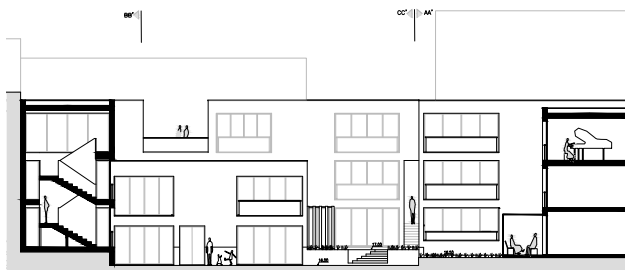


Fig. 76 | Corte transversal DD' da vila. Imagem de autor.

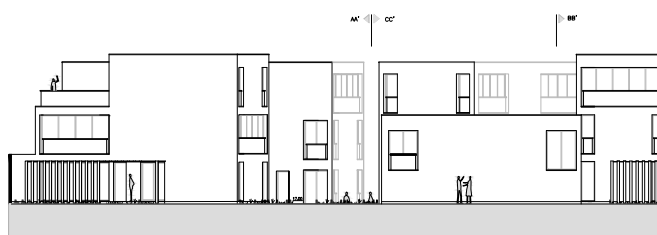


Fig. 78 | Corte transversal FF' da vila. Imagem de autor.

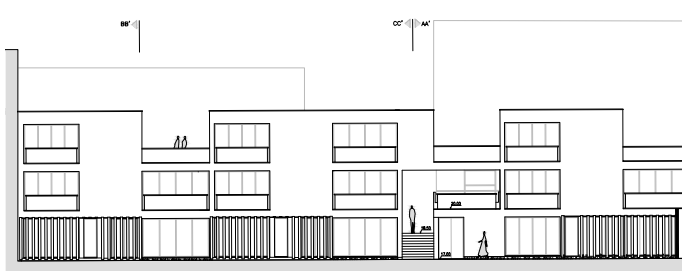


Fig. 80 | Corte transversal EE' da vila. Imagem de autor.

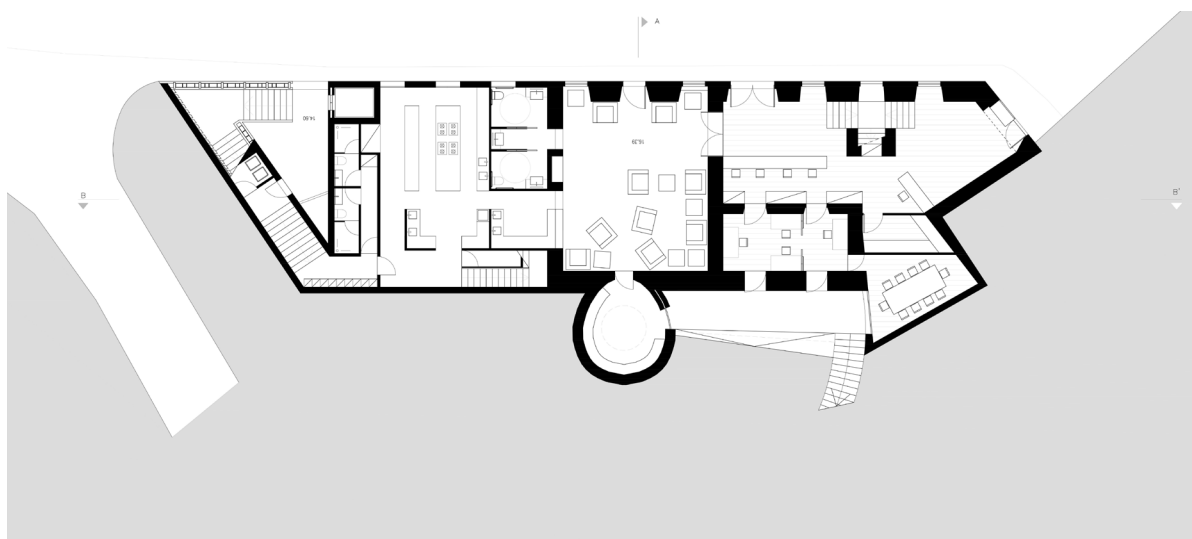
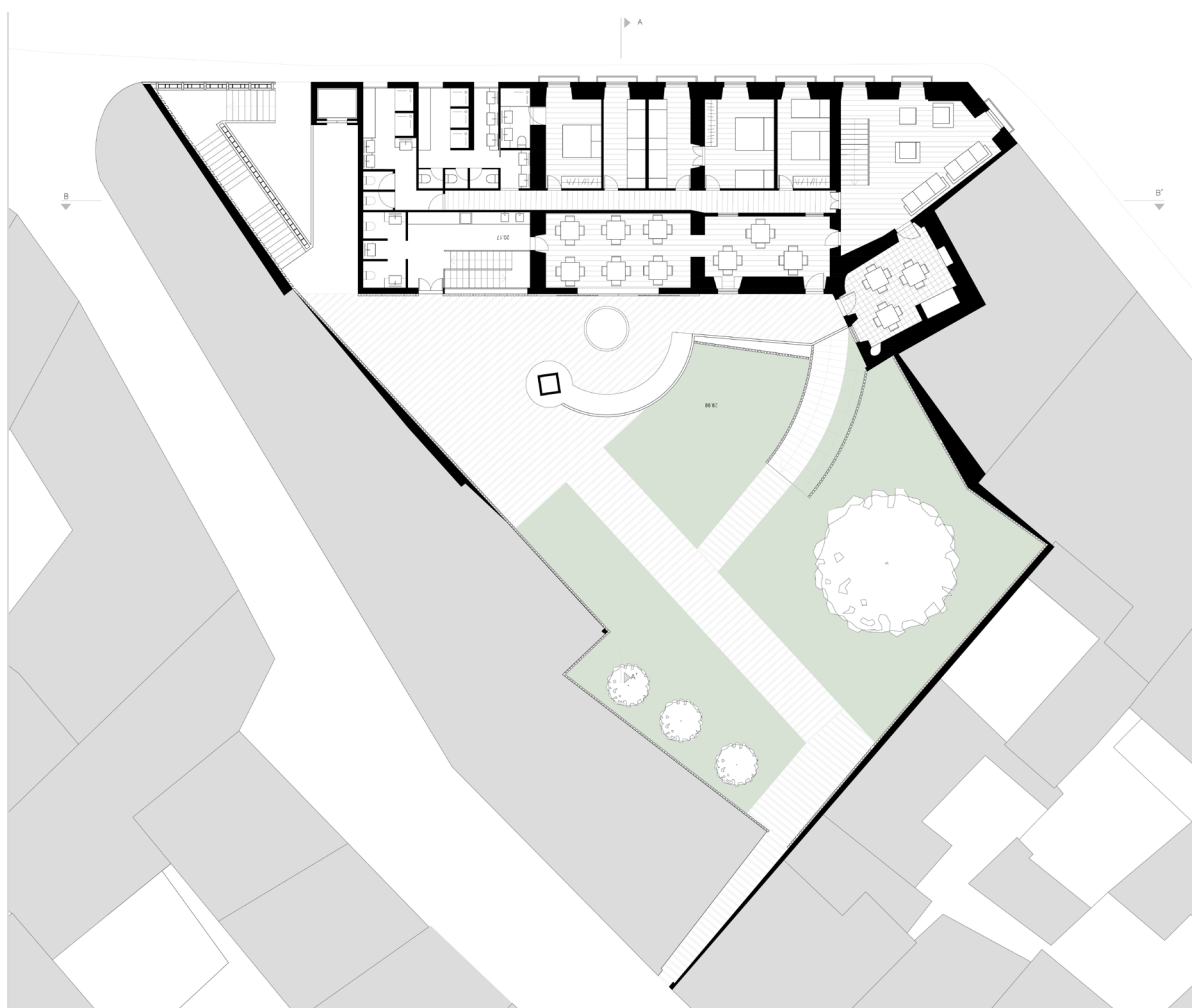


Fig. 82 | Vista da entrada. Imagem de autor.



Fig. 83 | Vista da zona de estar. Imagem de autor.

Assim sendo, algo que foi aqui tido em consideração foi a privacidade de cada residente em cada fogo, pois constatou-se que esta vivência em formato “vila” tem vantagens e desvantagens. Sendo que a falta de privacidade pode ser uma delas, este factor condicionou várias decisões no projecto. Quanto à entrada no fogo, o posicionamento desta condiciona totalmente a organização deste, pois a disposição dos espaços de estar e confeccionar estão posicionados respectivamente à direita e esquerda deste, o que consecutivamente condiciona o local do terraço. Este facto acabou também por ser considerado na implantação do fogo em si, pois tentou-se que não houvesse um confronto directo entre a mesma zona (espaços usados tipicamente à mesma hora como de estar, confeccionar ou o terraço) de dois fogos. Outros elementos e características como as diferentes cotas dos pátios, o local dos vãos, o seu comprimento ou altura, o plateau e o seu ripado de madeira, as guardas e o método de cortinas escolhidas, bem como o acesso à casa são factores que foram pensadas de forma a não permitir vistas directas de uns fogos para os outros, de forma a dar aos seus residentes a maior privacidade possível.

Fig. 84 | Planta do piso térreo do *Hostel*. Imagem de autorFig. 85 | Planta do piso 1 do *Hostel*. Imagem de Autor

3.1.3. | *HOSTEL*

A última intervenção aqui descrita diz respeito ao Hostel na Rua Marquês de Pombal. Esta pode ser dividida em três diferentes abordagens, uma que é a reabilitação do edifício antigo, outra que é a sua ampliação feita de raiz, e uma terceira que consiste num jardim. O edifício encontra-se na Rua Marquês de Pombal, uma das ruas mais movimentadas da vila. Tem um lote vazio ao seu lado, o que cria uma grande perda de leitura da rua, e um logradouro nas traseiras, que proporciona o atravessamento do quarteirão até à Rua Febus Moniz. O edifício tem três pisos do lado da Rua Marquês de Pombal e dois do lado do jardim, o que significa que o seu piso térreo está semi-enterrado. O terreno do lado da Rua Marquês de Pombal inicia-se à cota 15 e o seu logradouro que tem uma passagem para a rua Febus Moniz à cota 20, o que significa que existe um declive de cinco metros ao todo. O piso térreo do hostel está enterrado em relação ao logradouro. Este logradouro tem como objectivo neste projecto ser onde se encontra o jardim com esplanada, pertencentes ao hostel.

Para esta intervenção pensou-se numa solução de habitação temporária aliada a um programa mais público, pois por estar conectado a um logradouro consideramos ter potencial para esse propósito. O facto de o edifício ter características mais nobres, tendo no seu interior uma sala com frescos, as cozinhas revestidas a bonitos azulejos, e a sua fachada principal ser também revestido a azulejo azul, também influenciou esta escolha de programa.

O programa do hostel engloba um bar, um restaurante, loja, sala de convívio, quartos privados ou camaratas, bem como toda a zona de serviços e dependências administrativas necessárias. Visto que desde o início do projecto foi pensado que seria necessário construir no lote vazio ao lado do edifício a reabilitar, considerou-se pertinente, com a intenção de facilitar a reabilitação em si, que nesta ampliação se encontrassem as zonas de água – como instalações sanitárias e cozinha – e o elevador, pois necessitam de uma maior infraestrutura.

É pelo piso térreo na Rua Marquês de Pombal que se faz o principal acesso ao hostel. Entrando no edifício, encontramos a recepção à nossa frente, a loja à esquerda e o bar à direita; estes têm a sua própria entrada pela rua também. O bar pode ainda ser isolado do hostel por uma porta e funcionar independentemente, se for caso disso. Uma pré-existência deste edifício era um antigo forno de lenha enterrado adjacente ao local onde é agora o bar; este é um local que pertence tanto à dimensão do bar com um carácter mais privado, como do jardim, pois é possível aceder-lhe descendo umas escadas a partir do jardim. O caminho subterrâneo desde as escadas até ao forno é iluminado por luz zenital que advém de um rasgo no jardim. Esta abertura ilumina também as salas de reunião e administrativas que se encontram também semi-enterradas.



Fig. 86 | Alçado principal, Rua Marquês de Pombal. Imagem de autor.



Fig. 87 | Fotomontagem da rua Marquês de Pombal. Imagem de Autor



Fig. 88 | Vista do jardim no interior do Quarteirão. Imagem de autor.



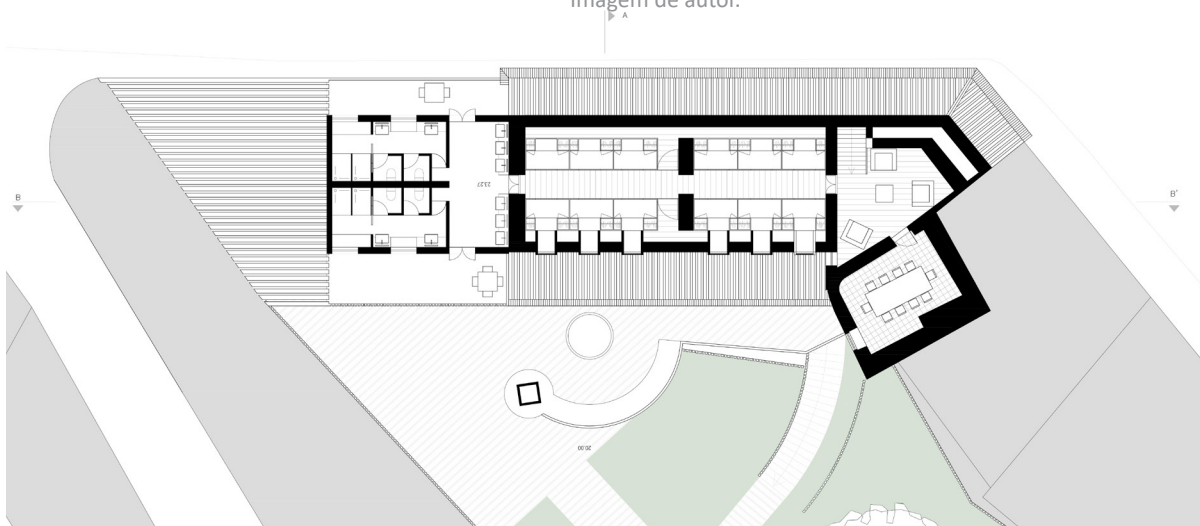
Fig. 89 | Camaratas. Imagem de Autor.



Fig. 90 | Beliche. Imagem de autor.



Fig. 91 | Beliche. Imagem de autor.

Fig. 92 | Planta do piso 2 do *Hostel*. Imagem de autor.

Através de uma abertura na fachada pode-se aceder a um pequeno pátio onde se encontra a entrada de serviço, e a partir desta entrar na ampliação projectada. A partir deste pátio também se pode subir as escadas que se encontram no exterior, que nos levam até ao jardim. Estas escadas não são facilmente visíveis a partir da rua pois existe uma parede vegetal com um ripado de madeira horizontal à sua frente, seguindo o alinhamento das fachadas da envolvente. Este pormenor da fachada é importante para esta intervenção, pois o facto de ter em si elementos vegetais foi uma intenção pensada em projecto para anunciar a quem vem da rua que do outro lado existe um jardim, algo que não é óbvio para quem por ali passa pois este está totalmente no interior do quarteirão. O ripado de madeira é um elemento que nos acompanha em todo o exterior do projecto, pois para além de cobrir todos os lados do acesso ao jardim, cerca o próprio, e compõe a fachada tardoz da ampliação.

Quanto ao jardim, neste encontramos um banco com uma forma praticamente de semicírculo, que provém de uma pré-existência semelhante que ali havia. Foi a partir deste elemento que se desenharam todos os outros do jardim, desde a clarabóia que ilumina o forno enterrado, passando pelas escadas, até à direcção da estereotomia do pavimento. O pavimento que existe nos caminhos pretendidos consiste numas lajetas de betão (como na intervenção de habitação descrita anteriormente), intercaladas nos locais de estadia com pedras de pequena dimensão e nos locais de passagem com relva, por se encontrarem no meio desta.

No primeiro piso do hostel encontramos, ao subir umas escadas, uma sala de convívio aberta que oferece passagem até uma sala, uma antiga cozinha, onde está a zona de confecção dos residentes do hostel; encontramos ainda quartos que têm a opção de ser desde singulares a quatro hóspedes, e, atravessando todo o edifício ao longo dos seus quartos reabilitados, chegamos às instalações sanitárias (no corpo da ampliação). Neste piso posiciona-se também o restaurante, numa sala onde existem frescos e conversadeiras originais, com ligação directa para o jardim, onde se encontra a respectiva esplanada.

No segundo piso do hostel, as águas furtadas, encontramos uma segunda sala de convívio, outra sala onde era a antiga cozinha deste piso (por cima da do 1º piso), que é polivalente, e o acesso a camaratas para 12 hóspedes. Ao atravessar a camarata, acedemos às casas de banho deste piso (no edifício da ampliação) e a dois terraços na cobertura.

O mobiliário fixo, como armários e camas foi desenhado e pensado para cada um dos seus locais. No caso da camarata do piso das águas furtadas, existe um sistema de camas e arrumação feitos em madeira, onde cada um tem o seu espaço alinhado com uma água furtada, permitindo um local acolhedor mas ao mesmo tempo iluminado e inspirador para cada um. Os beliches de quatro pessoas, no piso 1, têm englobados num só elemento cama, mesa de cabeceira, prateleiras e escadas (para aceder às camas superiores), também com o conceito de recanto acolhedor para cada um.

CONCLUSÃO

Cabe ao arquitecto projectar com o contexto em questão no sentido de encontrar uma solução para problemas presentes, a pensar no futuro. Foi com essa intenção que surgiu a necessidade de aprofundar os temas teóricos aqui debatidos, de forma a posteriormente elaborar um projecto com uma base de investigação sólida.

O pátio, que é um arquétipo com vários séculos, foi neste projecto não só protagonista como o elemento que proporciona a quem habita nestes conjuntos de habitação colectiva uma vivência única, à luz da simbologia dos pátios e vilas operários de Lisboa. Projectando com as vantagens e desvantagens que lhe são inerentes, pensa-se que será acima de tudo um local de reunião e proveito entre aqueles que o habitam.

O programa de habitação colectiva pensado neste projecto tem como público alvo a camada jovem, no sentido de que estes povoem e por isso estimulem a “vida” do centro histórico. Nesse sentido, os fogos foram desenvolvidos através do conceito “habitação flexível colectiva”, que se pensa ser o mais indicado para a sociedade heterogénea de hoje em dia.

As três intervenções foram pensadas no sentido de quem as percorre e atravessa se sinta meramente numa, utilizando o mesmo pavimento exterior e a madeira como material de eleição, para que o projecto possa ser lido como um só. Também as transições entre todas as diferentes dimensões públicas e privadas do projecto foram consideradas como ponto fulcral, para que haja sensações diferentes que anunciem qual o carácter de cada espaço onde nos encontramos: fogo, entrada do fogo, pátio, entrada para o recinto, rua.

É possível concluir com todo este projecto que os centros históricos são áreas que por terem tanto valor simbólico devem ser reabilitados e preservados. O principal agente desta transformação, de uma forma passiva, será quem o habita, logo é necessário povoar os centros históricos para que sejam estimados pelos seus habitantes, pois tendo apenas utilizadores passageiros estes não terão a capacidade de o fazer. Assim sendo, e à luz do que foi proposto neste projecto, a habitação como estratégia de regeneração dos centros históricos é muito pertinente.

Por último pretende-se ainda fazer uma breve reflexão de como a arquitectura e o Homem estão intrinsecamente ligados no sentido em que precisam uma do outro para existir e sobreviver.

“Es irrelevante el aspecto de la arquitectura sin gente, lo que importa es el aspecto de la gente en ella” (Bruno Taut citado por Monteys et al., p.30).

Este trabalho conecta a escala urbana do centro histórico de Oeiras à escala do detalhe do fogo, pois para quem o habita, a sua condição é fulcral, e nesse sentido, para assegurar uma relação habitante-casa-rua-centro histórico, a habitação - a forma como esta está pensada pelo arquitecto, torna-se essencial.

“We shape our buildings, and afterwards our buildings shape us”¹.

1 Excerto do discurso de Winston Churchill numa cerimónia da Architectural Association; 1924

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS

- DIAS, Joaquim Mendonça; *Roteiro Cultural dos pátios e vilas da sétima colina* Contexto; p.17-24 Lisboa; 1994;
- DIAS, Manuel Graça; “A questão do alojamento” in *Jornal dos Arquitectos* - Publicação Bimestral da Ordem dos Arquitectos - nº 204 - 2002, p. 3-21; Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- FARIAS, Hugo - “*RETHINKING CONTEMPORARY DWELLING: DESIGN STRATEGIES FOR A NEW HOUSE*”. Comunicação apresentada na Conferência Internacional ENHR 2015 LISBON – European Network of Housing Research, ISCTE, Lisboa, 2015.
- FARIAS, Hugo - “*Repensar a Habitação Contemporânea: Flexibilidade, adaptabilidade, ambiguidade funcional e desierarquização do espaço doméstico*”, comunicação apresentada no 3º Colóquio de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design – Portugal Brasil – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Lisboa, 2014.
- FERNANDEZ, Luis Galiano; “Cruz e Ortiz” in *Arquitectura Viva AV* – Nº 85 – 2000, p-37-43; Madrid
- FONTES, Luís, “À Margem” in *Publicação A [Zero]* – 2006, p. 88-92; Coimbra; ed. Publicação de arquitectura EUAC – Escola de Universidade de artes de Coimbra
- LERNER, Jaime, “Acupunctura Urbana” in *Revista arquitetura e vida* – nº 39 – 2003, p. 37-43; Lisboa, 2003
- MONTEYS, Xavier et al; *Rehabitar en 9 episodios*; 2010; Barcelona, Habitar - departamento de projectos arquitectónicos – ETSAV
- PORTAS, Nuno, “Conceito de Casa Pátio como Célula Social”, in *Arquitectura* nº 64 -1959,p. 51.
- RODEIA, João Belo; “Arquitectura Portuguesa – uma nova geração” in *2G Revista Internacional de Arquitectura*; nº20 – 2001 - p.88-95, Barcelona, Gustavo Gili
- SANTANA, Francisco e LUCENA, Eduardo; “Olisipo” in *grupo amigos de lisboa* - II série - nº 3 – 1996, p.51 – 53; Lisboa, Editor Carlos Quintas e Associados - consultores Ida.

LIVROS

- APPLETON, João; *Reabilitação de Livros Antigos*, Edições Orion, Amdora, 2003
- BEECHER, Catherine E., SROWE, Harriet Beecher; *The american woman's Home*; J. B. Ford, Nova Iorque, 1896
- BLASER, Werner, *Pátios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*, Gustavo Gili, Barcelona, 1997),
- BOIÇA, Joaquim, Boiça, *Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX)*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2003
- BURTENSHAW, David et al, *The European City: A Western Perspective*, David Fulton Publishers, Londres, 1991
- CABRITA, António Reis e COELHO, António Baptista - *Habitação Evolutiva e Adaptável*, Lisboa: LNEC, 2009.
- CAPITEL, Antón, *La arquitectura del Pátio*, Gustavo Gili, Barcelona, 2005
- CARRILHO, Pedro, et al, *Programa Habitação Jovem nos Núcleos de Formação Histórica de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, 2009
- EISENMAN, Peter, *Editors introduction: The houses of memory: the texts of analogy*, in Rossi, A. (English translation) *The Architecture of the City*, MIT Press, Cambridge MA, 1982

- FRIEDMAN, Yona, *L'architecture mobile*, Casterman, California, 1970
- GALLET, Michael, *Demeures parisiennes: l'époque de Louis XVI*, Le temps, Paris, 1964
- GOMES, Maria do Céu Sousa, *O Morgadio e a Vila de Oeiras*, Edição da Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, 1998
- HABRAKEN, N. John, *El diseño de soportes*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979.
- HERTZBERGER, Herman, *Lessons for Students in Architecture*, Roterdão, 010 Publishers, Rotterdam, 1991
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003
- LEITE, Ana Cristina, VILHENA, João Francisco, *Pátios de Lisboa, Aldeias entre Muros*, Gradiva, Ajuda, 1991
- LEITE, António Santos; FELICIANO, Ana Marta; *Memória, Arquitectura e Projecto: Reflexão e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitectónico*; By the Book, Edições Especiais; Lisboa; 2016
- LERNER, Jaime; *Acupuntura urbana*; Editora Record; Rio de Janeiro; 2011
- LEUPEN, Bernard; MOOIJ, Harald; *Housing Design – A manual*, Roterdão, NAI Publishers, 2011
- LUCKAKS, John, John, *Outgrowing democracy: a history of the United states in the Twentieth Century*, Doubleday, Garden City, N. Y., 1984
- LYNCH, Kevin; *The Image of the City*; MIT Press; Massachusetts; 1960
- LYNCH, Kevin, *What time is this place?*, MIT Press, Cambridge MA, , 1972
- MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere - *Casa Collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001.
- PEREIRA, Margarida - *A casa hoje, Reflexão sobre a adaptabilidade no interior doméstico*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade técnica de Lisboa, 2013. Tese de Mestrado
- PEREIRA, Sandra Marques; *Casa e Mudança Social*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2010.
- RODRIGUES, Humberto Gonçalves, *Tese final de mestrado: Fragmentação e continuidades urbanas. Contribuição para a definição de estratégias de intervenção no espaço público contemporâneo*. Lisboa, ISA, 2012
- PEREIRA, Nuno Teotónio, BUARQUE, Irene, *Prédios e Vilas de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1995
- RICHARDS, Ellen, *The cost Of shelter*, Wiley, Nova Iorque, 1905.
- ROSSI, Aldo, *A Arquitetura da Cidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995
- SCHLEIFER, Simone; *Casas pequenas*, Taschen, Toledo,; 2006
- TIESDELL, Steve et al, *Revitalizing Historic Urban Quarters*, Architectural Press, Oxford, 1996
- VENTURI, Robert, *Complexidade e Contradição em Arquitectura*, Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984.

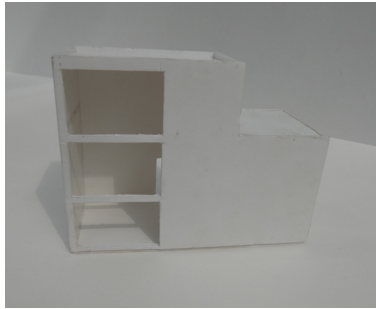
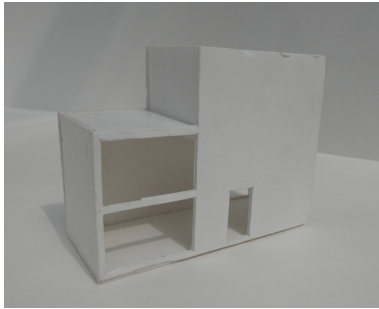
INTERNET

COELHO, António, *Sobre a casa-pátio; elementos de enquadramento*, nº 283 de Inohabitar a Revista do Grupo Habitar - ano VI, Lisboa, António Baptista Coelho. 2010 - Site consultado a 26/11/2015

ANEXOS

ÍNDICE

Anexo 1	Fotografias da Maquete de estudo do fogo. Escala 1:100 Imagem de autor.
Anexo 2	Fotografias da Maquete de estudo do jardim no interior do quarteirão do <i>hostel</i> . Escala 1:100 Imagem de autor.
Anexo 3	Fotografia da Maquete final do terreno e das três intervenções no conjunto. Escala 1:200 Imagem de autor.
Anexo 4	Fotografia da Maquete da intervenção “Casinhas”. Escala 1:200 Imagem do autor.
Anexo 5	Fotografias da Maquete da intervenção “Vila”. Escala 1:200 Imagem de autor.
Anexo 6	Fotografias da Maquete da intervenção “ <i>Hostel</i> ”. Escala 1:200 Imagem de autor.
Anexo 7	Fotografia de um modelo em esferovite à escala real das ripas de madeira da “Vila”. Escala 1:1 Imagem de autor.
Anexo 8	Fotografia da Maquete final de um fogo da “Vila”. Escala 1:20 Imagem de autor.
Anexo 9	Paineis Finais Imagem de autor.



Anexo 1 | Fotografias da Maquete de estudo do fogo. Escala 1:100



Anexo 2 | Fotografias da Maquete de estudo do jardim no interior do quarteirão. Escala 1:100

Anexo 3 | Fotografia da Maquete final do terreno e das três intervenções no conjunto. Escala 1:200



Anexo 4 | Fotografia da Maquete da intervenção “Casinhas”. Escala 1:200

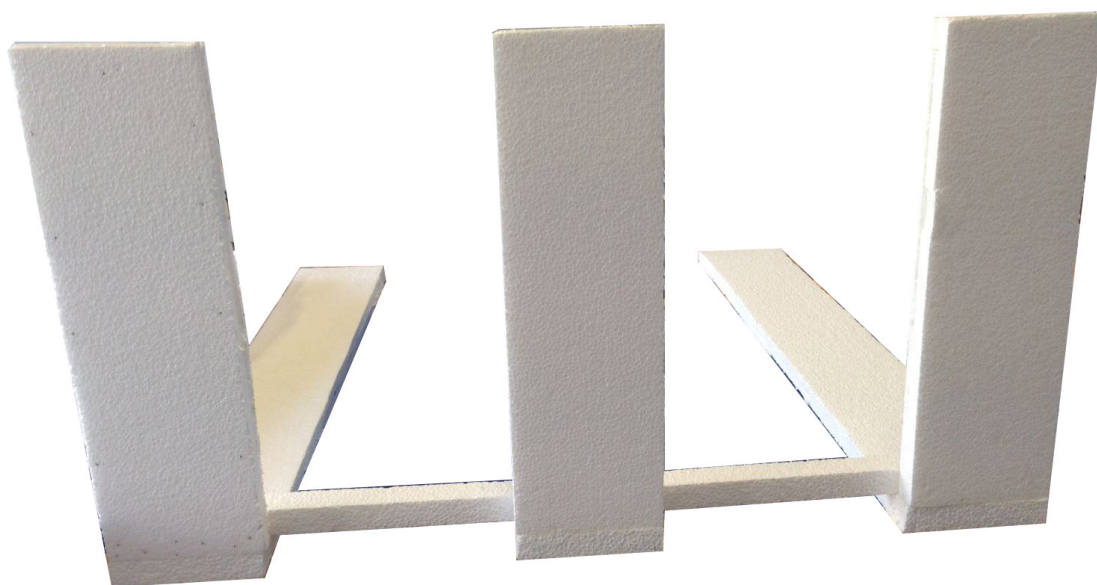




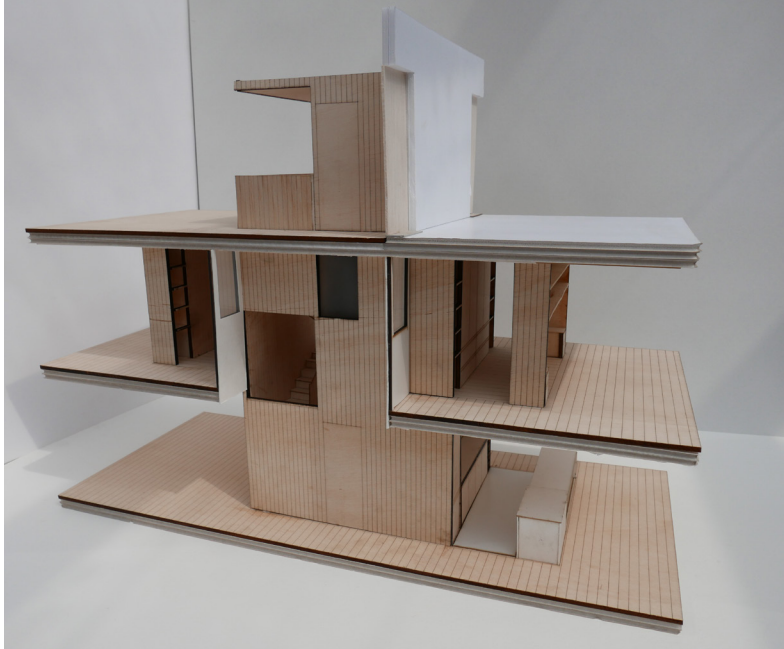
Anexo 5 | Fotografias da Maquete da intervenção “Vila”. Escala 1:200



Anexo 6 | Fotografias da Maquete de estudo do jardim no interior do quarteirão. Escala 1:100



Anexo 7 | Fotografia de um modelo em esferovite à escala real das ripas de madeira da “Vila”. Escala 1:1



Anexo 8 | Fotografia da Maquete final
de um fogo da “Vila”. Escala 1:20



